

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO E SAÚDE

AÍDA BRUNA QUILICI CAMOZZI

**ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA ESCOLA:
UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA?**

Goiânia
2011

AÍDA BRUNA QUILICI CAMOZZI

**ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA ESCOLA:
UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA?**

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás para obtenção do Título de Mestre em Nutrição e Saúde.

Orientadora: Profa. Dra. Estelamaris Tronco Monego
Co-orientadora: Profa. Dra. Ida Helena C.F. Menezes

Linha de pesquisa: Segurança Alimentar e Nutricional

Goiânia
2011

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO E SAÚDE

BANCA EXAMINADORA

Aluno(a): Aída Bruna Quilici Camozzi

Orientador(a): Profa. Dra. Estelamaris Tronco Monego

Co-orientador(a): Profa. Dra. Ida Helena Carvalho F. Menezes

Linha de pesquisa: Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

Membros:

1. Prof^a Dr^a Estelamaris Tronco Monego

2. Prof^a Dr^a Maria Hermínia Marques da Silva Domingues

3. Prof^a Dr^a Jacqueline Rodrigues de Lima

Suplentes:

1. Prof^a Dr^a Nilce Maria da Silva Campos Costa

2. Prof^a Dr^a Ana Luiza Lima Sousa

Data: 25/03/2011

Dedico este trabalho...

Ao meu marido, às minhas filhas e às minhas orientadoras.



AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho quero agradecer a todas as pessoas que de alguma forma apoiaram a minha empreitada:

Ao meu marido e às minhas filhas pelo amor e compreensão em todos os momentos em que estive ausente;

À Nathália por ser minha grande amiga, ouvinte, confidente e motivadora;

À professora Dra. Estelamaris Tronco Monego pela orientação e motivação contínua que me impulsionaram para realização desta dissertação;

À professora Dra. Ida Helena C. Francescantonio Menezes que sempre me orientou e estimulou a prosseguir com seu jeito acolhedor e carinhoso;

Ao professor Marcelo Medeiros por me conduzir através dos meandros da pesquisa qualitativa sempre de forma competente, gentil e disponível;

À professora Jacqueline Lima a quem recorri inúmeras vezes para sanar dúvidas e que sempre me acolheu com a maior competência, boa vontade e disposição;

À Maria, que me auxiliou nas atividades de pesquisa, com quem dividi meus conflitos pessoais e intelectuais e com quem criei um forte laço de carinho e amizade;

À Letícia pela colaboração nas atividades de pesquisa;

Às amigas Jaqueline e Maria Janaína, por suas considerações e contribuições para melhoria da minha pesquisa;

Ao grupo de amigos do mestrado, em especial à Nair e ao Jovino, que sempre me apoiaram e ajudaram;

Ao quadro de professores e funcionários do Mestrado em Nutrição e Saúde da FANUT;

Aos participantes da pesquisa: diretores, coordenadores, professores, manipuladoras da alimentação escolar e pais de alunos das escolas que gentilmente concordaram em participar das atividades de pesquisa e cuja contribuição foi imprescindível para que este trabalho se concretizasse;

À Secretaria Municipal de Educação por permitir a realização dessa pesquisa e, em especial, à Nelma e à Suzane pela importante contribuição a este trabalho;

Aos docentes que participaram das bancas do Seminário de Pesquisa e da qualificação, pelas importantes contribuições no aprimoramento dessa dissertação;

A todos que se mostraram presentes durante esse período auxiliando-me e apoiando-me no percurso da pesquisa e na elaboração do trabalho, o meu muito obrigada.

RESUMO

As mudanças no padrão alimentar contemporâneo mantém estreita relação com o aumento da prevalência das doenças crônicas, razão pela qual as políticas nacionais e internacionais focam neste problema. A escola é tida como espaço privilegiado para a promoção da saúde e da alimentação saudável, uma vez que contribui na formação de um cidadão crítico e autônomo e favorece a adoção de estilos de vida saudáveis. Apesar disso, há poucas iniciativas com este propósito, identificando-se lapsos entre as disposições legais e as vivências observadas. Foram objetivos deste estudo analisar a percepção sobre alimentação saudável e as ações de promoção da alimentação saudável realizadas na comunidade escolar, descrever os fatores facilitadores e dificultadores na sua implementação e compreender como são executadas as políticas de promoção da alimentação saudável nesse espaço social. Trata-se de estudo descritivo exploratório em abordagem qualitativa por meio de grupo focal, cuja interpretação foi feita à luz da análise de conteúdo temática. A pesquisa foi realizada em seis escolas de nível fundamental indicadas pela Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, onde diretores e coordenadores constituíram o grupo dos gestores e os professores, manipuladoras de alimentos e representantes do conselho escolar, os grupos de executores. A análise dos dados evidenciou uma visão biologicista da alimentação saudável e uma compreensão assistencialista do papel da alimentação escolar. As atividades promotoras da alimentação saudável estão restritas à abordagem do conteúdo em sala de aula pelos professores e em atividades dispersas que objetivam aumentar a aceitação das preparações. Foram considerados como fatores facilitadores da promoção da alimentação saudável na escola o envolvimento da coordenação, o compromisso dos professores, a variedade de gêneros e o preparo higiênico da alimentação escolar, a articulação entre a saúde e educação e o papel dos alunos como multiplicadores. Como fatores dificultadores foram citados a disponibilidade restrita de materiais educativos, a formação inadequada do professor para a abordagem do tema, a falta de capacitação das manipuladoras, a fraca interação dos pais, a inadequação do cardápio e da estrutura física e o conflito entre alimento saudável e alimento gostoso. Conclui-se que as políticas de promoção da alimentação saudável não estão inseridas adequadamente no ambiente escolar, que implicam no necessário envolvimento de toda a comunidade na construção de um projeto pedagógico coletivo que contemple a inclusão transversal deste tema nos currículos. Propõe-se uma formação dos professores e manipuladoras que contemple metodologias ativas e a participação destes atores no processo, adequação das preparações oferecidas aos hábitos alimentares e à realidade sociocultural da clientela. Por fim, considera-se pertinente a reavaliação das práticas propostas nos projetos de promoção da saúde, uma maior integração intersetorial e a sensibilização dos atores envolvidos na garantia de uma alimentação escolar adequada e saudável.

Palavras-chave: Alimentação Escolar, Educação Alimentar e Nutricional, Promoção da Saúde.

ABSTRACT

Changes in the contemporary eating pattern are closely related with the increase in the prevalence of chronic diseases, reason why national and international policies focus on this problem. School is taken as a privileged space for health and healthy eating promotion, since as it should contribute to the development of a critical thinking, autonomous citizen, it should also favour the adoption of healthy lifestyles. However, there are little known initiatives with such purpose, so that lapses between legal dispositions and observed experience are identified. The objective of this study was to analyze healthy eating perception as well as healthy eating promotional acts carried in the school community, to describe facilitating and hindering factors in their implementation, and to comprehend how healthy eating promotion policies are executed in such social space. It is a descriptive-exploratory study with qualitative approach using focal groups, which interpretation was done according to the thematic content analysis. Research was carried in six elementary grade schools appointed by Goiânia's municipal education bureau, of which principals and coordinators comprised the management group, and professors, food manipulators and school council representatives comprised the doers group. Data analysis has evidenced a biologist view of healthy eating, as well as a welfare comprehension of the role of eating at school. Healthy eating promotion activities were limited to classroom approach by teachers and to dispersed activities aimed at increasing meals' acceptability. Were cited as healthy eating promotion facilitating factors the teachers' compromise and coordinators' involvement with the subject, the variety of food genres and hygienic preparation of school meals, the interface between health and education, and the role of students in retransmitting the knowledge to the family. Hindering factors were the limited availability of educational material, teachers' inadequate training for approaching the subject, lack of food manipulators' training, menu and infrastructure inadequacy, lousy parental interaction in the process and the conflict between healthy food and tasty food. Conclusion is that healthy eating promotion policies were not adequately inserted in the school environment, which imply the need of involving the whole school community in a collective pedagogical project that allows the transverse inclusion of the subject in the school curriculum. As such, it is suggested that teachers and food manipulators' training should contemplate active methodologies and their participation in the process, and that meals offered should be compatible with eating habits and with the sociocultural background of those involved. Finally, are accounted as pertinent the revaluation of proposed practices related to health promotion projects, a greater intersectorial integration and the increasing of awareness of all involved, so to secure adequate and healthy eating at school.

Key words: School Feeding, Food and Nutrition Education, Health Promotion

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	A ESCOLA PROMOVENDO SAÚDE.....	14
1.2	POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	17
1.3	ALIMENTAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR	19
2	OBJETIVOS	23
3	METODOLOGIA	24
3.1	TIPOLOGIA	24
3.2	LOCAL DO ESTUDO	24
3.3	GRUPO DO ESTUDO.....	25
3.4	PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE PRODUÇÃO DOS DADOS.....	26
3.5	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	30
3.6	PROCEDIMENTOS ÉTICOS	31
	REFERÊNCIAS.....	32
4	ARTIGO 1: Alimentação saudável na escola: uma construção coletiva?	37
5	ARTIGO 2: Fatores determinantes na promoção da alimentação Saudável na Escola	57
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
	APÊNDICES	83
	ANEXOS.....	88

1. INTRODUÇÃO

Alimentar-se é um ato vital, sendo, depois da respiração, a necessidade básica propulsora dos primeiros reflexos para a sobrevivência (MACIEL, 2001).

A trajetória da identidade alimentar dos povos tem sua construção determinada por fatores que são decisivos nas suas escolhas, tais como a cultura, a religião, o clima, a localização geográfica, a urbanização, a industrialização, bem como as condições de acesso ao alimento e tecnologias de transformação e conservação dos alimentos (ABREU *et al.*, 2001; GARCIA, 2003).

Os hábitos alimentares fazem parte de um sistema cultural repleto de símbolos, significados e classificações, de modo que nenhum alimento está isento das associações culturais que a sociedade lhes atribui. É essencialmente social a determinação do que se come/bebe, o que é bom/ruim, o que é forte/fraco (BRAGA, 2004). Para Fischler (2001, p.20) “*o homem nutre-se também de imaginários e de significados, partilhando representações coletivas*”.

Nessa perspectiva, as escolhas alimentares são fortemente determinadas pela percepção dos indivíduos quanto à alimentação adequada em seu contexto cultural. Segundo Kant (1989), a percepção é um ato complexo que reflete a forma como os indivíduos se relacionam com sua realidade, construindo representações interiorizadas, produto de juízo de valores e ancoradas em significados culturais.

Poulain (2008, p.25) entende que as escolhas alimentares seguem modelos definidos como “*conjuntos sócio-técnicos e simbólicos que articulam um grupo humano ao seu meio, estabelecendo sua identidade e processos de diferenciação social interna*”. Para esse autor, os modelos alimentares são construídos a partir dos conhecimentos tecnológicos acumulados ao longo das gerações que orientam a escolha dos alimentos e a forma como estes são

preparados, servidos e consumidos, constituindo sistemas de códigos simbólicos que representam os valores dos grupos, com variações em uma mesma sociedade e evoluindo ao longo do tempo.

Baseado nessa concepção de modelo alimentar, Poulain (2008) considera que o espaço social alimentar que agrega as escolhas ou comportamentos alimentares é determinado por relações entre condicionantes sociais, biológicas e ecológicas.

Desta forma, é possível concluir que o espaço social alimentar corresponde à zona de liberdade dada aos comensais por condicionantes materiais: de um lado os condicionantes fisiológicos e biológicos, relativos aos mecanismos bioquímicos, variedade de alimentos para satisfação das necessidades nutricionais; e de outro os condicionantes ecológicos nos quais se inserem as condições econômicas, disponibilidade de recursos, sazonalidade, clima e acesso aos alimentos, bem como o aspecto social que permeia as demais condicionantes (FIGURA 1).

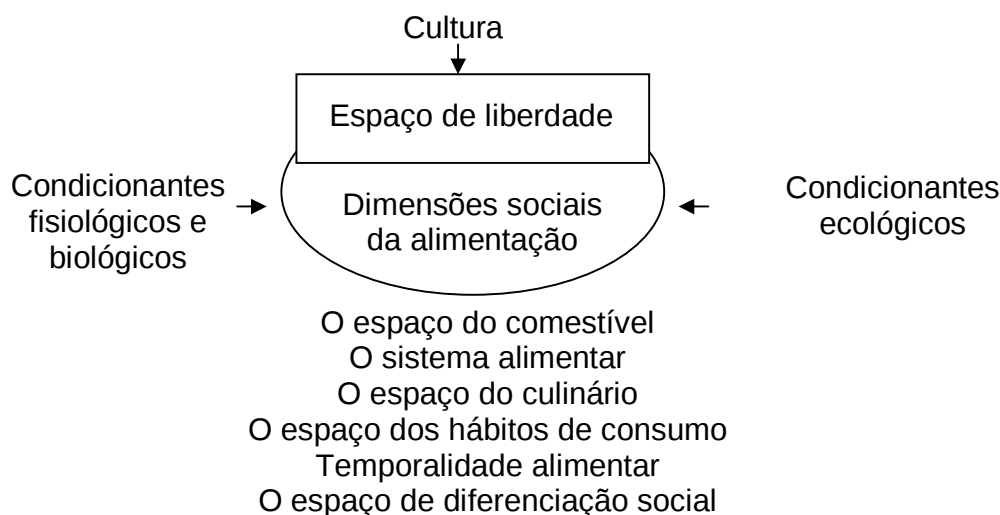


Figura 1: Representação do espaço social alimentar (POULAIN; PROENÇA, 2003)

Nesta perspectiva, é possível distinguir seis dimensões do espaço social alimentar que determinam o comportamento alimentar (POULAIN, 2008):

- o **espaço do comestível**, que representa as escolhas operadas pelo indivíduo ou grupo dentre todos os produtos disponibilizados pelo meio natural;
- o **sistema alimentar**, que relaciona-se ao conjunto de tecnologias empregadas nos alimentos para produção e transformação desde a coleta até a preparação culinária;
- o **espaço do culinário**, que refere-se à identidade alimentar que se expressa nas técnicas, operações simbólicas e rituais utilizadas na cozinha;
- o **espaço dos hábitos de consumo**, que envolve os rituais que permeiam o ato alimentar dos grupos sociais definindo os tipos de refeições, a jornada alimentar, modalidades de consumo, localização das refeições;
- a **temporalidade alimentar**, que define os alimentos considerados próprios para cada faixa etária, além de adequar as refeições ao horário, estação do ano, tipo de trabalho, dentre outros aspectos relacionados ao modo de vida e;
- o **espaço de diferenciação social**, que estabelece as fronteiras culturais seja entre grupos humanos, ou mesmo entre grupos de uma mesma cultura. Identifica o grupo social por meio da alimentação.

As práticas alimentares contemporâneas influenciadas pelos avanços tecnológicos na indústria de alimentos e pela globalização têm sido motivo de preocupação desde que se estabeleceu uma relação entre a dieta e algumas doenças crônicas (WHO, 2003).

A mudança no perfil nutricional da população tem como um de seus determinantes a alteração no padrão alimentar. As mudanças podem ser verificadas por meio de pesquisas de evolução da disponibilidade domiciliar de alimentos das últimas quatro décadas, que identificam em todo país e em todas

as classes de renda um alto consumo de açúcares e refrigerantes e um baixo consumo de frutas e hortaliças (IBGE, 2004; 2010).

Com base nessas evidências, discussões intersetoriais têm sido fomentadas buscando identificar estratégias para controlar essa situação, bem como promover a alimentação adequada e saudável a toda a população, com especial atenção à criança em idade escolar (IULIANO, 2008). Entende-se por alimentação adequada e saudável aquela que atende às necessidades biológicas, sociais, afetivas e culturais, considerando as fases da vida e os significados sócio-culturais dos alimentos (BRASIL, 2007).

Na formação do hábito alimentar das crianças, a família representa o primeiro sistema social, sendo responsável pela transmissão dos valores, costumes e história (POULAIN, 2008); enquanto a escola desempenha um papel complementar, visto ser um meio social diversificado cujo convívio de estudantes e professores possibilita troca de vivências e aprendizados. Os professores são responsáveis por construir conhecimentos, atuar como modelo de comportamento e favorecer o compartilhamento de experiências e opiniões, sendo considerados sujeitos indispensáveis na promoção da saúde escolar (VOORPOSTEL, 2007).

A escola constitui, portanto, espaço de grande relevância para a promoção da saúde, principalmente na constituição do conhecimento do cidadão crítico, estimulando-o à autonomia, ao exercício dos direitos e deveres, às habilidades com opção por atitudes mais saudáveis, bem como o controle das suas condições de saúde e qualidade de vida (SCHMITZ et al, 2008).

Nessa perspectiva, a alimentação escolar constitui-se como um importante instrumento para promoção de hábitos alimentares saudáveis, devendo respeitar a identidade alimentar dos alunos estabelecendo uma aproximação simbólica com o sistema alimentar, o espaço culinário e de hábitos de consumo referenciados socialmente (POULAIN, 2008).

1.1 A ESCOLA PROMOVENDO SAÚDE

A promoção da saúde é considerada uma estratégia para o enfrentamento dos múltiplos problemas de saúde que afetam as sociedades. Partindo de uma concepção ampla do processo saúde/doença e seus determinantes, propõe a articulação dos saberes técnicos e populares e de recursos institucionais e comunitários, públicos e privados para seu enfrentamento e resolução (BUSS, 2000).

Historicamente, a promoção da saúde surgiu nos anos 1970 com o Informe Lalonde que afirmava ser a saúde determinada por fatores relativos à biologia humana, ao ambiente, aos estilos de vida e à organização da atenção à saúde e defendia a reorientação dos investimentos da saúde priorizando ações sobre o meio ambiente e estilos de vida considerados os fatores que mais contribuíam para o adoecimento e morte dos indivíduos. Desta forma o enfoque da intervenção passava para o campo da promoção da saúde e não na cura da doença (BUSS, 2000).

Na I Conferência Internacional sobre Promoção de Saúde ocorrida em Ottawa (Canadá, 1986) a promoção da saúde foi conceituada como um *“processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle desse processo”* (BRASIL, 2002, p.19). A Carta de Ottawa propõe cinco campos de atuação: a elaboração de políticas públicas saudáveis, criação de ambientes favoráveis à saúde, reforço à ação comunitária, desenvolvimento de habilidades pessoais e reorientação do sistema de saúde (BRASIL, 2002).

A escola promotora da saúde (EPS) é estratégia de promoção da saúde no âmbito escolar, com enfoque na integralidade, considerando o contexto familiar, comunitário e social, que busca por meio do uso de metodologias educativas formais e informais, desenvolver novas habilidades nos alunos, favorecendo a adoção de estilos de vida saudáveis e comportamentos de prevenção às condutas de risco e de proteção ao meio ambiente (OPAS, 2006).

As atividades promotoras da saúde na escola, em particular a promoção da alimentação saudável (PAS), representam importante ferramenta,

considerando seu potencial para produzir impacto sobre a saúde, auto-estima, comportamentos e desenvolvimento de habilidades para a vida de todos os membros da comunidade escolar (BRASIL, 2006a).

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) insere-se na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e propõe incentivar no espaço escolar, as ações de educação nutricional e promoção da alimentação saudável entre crianças e adolescentes, contribuindo para a formação dos hábitos alimentares saudáveis. Aliado a estas ações, sugere o monitoramento da situação alimentar e nutricional dos escolares, além da inserção do tema no conteúdo programático dos diferentes níveis de ensino (BRASIL, 1999).

A Estratégia Global para Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde é proposição da Organização Mundial de Saúde para a formulação e implementação de ações efetivas na redução da mortalidade por doenças crônicas em todo mundo, de forma compartilhada entre a sociedade, setor produtivo e setor público. Essas ações devem estar relacionadas à promoção de saúde, alimentação saudável e atividade física, que favoreçam escolhas saudáveis em nível individual e coletivo. Dentre essas, destaca-se o estímulo ao consumo de frutas, verduras, legumes e alimentos ricos em fibras, bem como o estímulo à redução do consumo de bebidas açucaradas, de alimentos de alto índice glicêmico, de alta densidade calórica e ricos em sal, além da manutenção do peso saudável para idade. A Estratégia Global destaca o papel dos ambientes domiciliar e escolar na formação dos hábitos de vida das crianças (OMS, 2004).

No Brasil, o Pacto pela Vida (BRASIL, 2006b) encaminhou à formulação da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) cujos eixos estratégicos incluem a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar através de ações transversais, integradas e intersetoriais. A PNPS reforça as diretrizes da PNAN e da Estratégia Global (BRASIL, 1999, 2006c; OMS, 2004)

No âmbito da Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais elegem a cidadania como eixo estruturante, buscando o desenvolvimento de uma visão

crítica em relação às questões sociais. O sub-tema transversal *Saúde e Meio ambiente* inclui a alimentação saudável, valorizando a alimentação adequada e a manipulação segura dos alimentos como fatores essenciais para o crescimento, desenvolvimento e prevenção das doenças (BRASIL, 1997).

Nesse contexto inclui-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado nos anos 1950, com a finalidade de proporcionar assistência alimentar suplementar aos escolares da rede pública de educação. O PNAE está ancorado no respeito aos hábitos alimentares regionais e na vocação agrícola da comunidade, por meio do desenvolvimento da economia local, além de se constituir num instrumento pedagógico de atividades educativas em nutrição, contribuindo para o crescimento, aprendizagem e formação de hábitos saudáveis (BRASIL, 2009a).

Em adição ao proposto pelas políticas e o preconizado pelo PNAE foi instituída a Portaria Interministerial nº 1.010/06 (MS/MEC) que estabelece as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes pública e privada, em âmbito nacional, tendo como fundamento a inclusão do tema no projeto pedagógico das escolas (BRASIL, 2006d).

A Portaria nº 1.010/06 define eixos prioritários no estímulo ao desenvolvimento de ações que promovam a adoção de práticas alimentares saudáveis na escola, priorizando ações de educação alimentar e nutricional, implantação de hortas escolares e de boas práticas na produção dos alimentos, restrição ao comércio de alimentos ricos em calorias e sal, incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras e o monitoramento da situação nutricional dos escolares. Estas Diretrizes originaram o documento *Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas* (ANEXO A) (BRASIL, 2006d).

Para que uma escola cumpra seu papel de promotora da saúde, deve suscitar discussões na elaboração do projeto pedagógico, de forma tal que os temas transversais incluam as diferentes demandas da escola, como produto

de uma construção coletiva e se traduzindo como espaço de participação da comunidade escolar na busca da saúde como resultante da qualidade de vida.

1.2 POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A alimentação escolar no Brasil, enquanto instrumento de uma política pública de alimentação e nutrição, teve origem na necessidade do Estado solucionar o problema da fome e da desnutrição da população carente (TURPIN, 2008).

Os primeiros registros sobre alimentação escolar fazem menção aos Caixas Escolares, criados em 1867 para fornecimento de refeição aos escolares de menor renda, identificando um papel estritamente assistencialista (NOGUEIRA, 2005).

Os anos 1930 colocaram o tema alimentação em evidência, pela compreensão de que o desenvolvimento industrial tinha interface com o estado nutricional, influenciando de forma direta na política populista de Getúlio Vargas (BARROS; TARTAGLIA, 2003). O combate à fome passou a ser objeto das políticas com a elaboração de diversos planos visando a implementação de uma política de nutrição de âmbito nacional (TURPIN, 2008).

Nesta perspectiva foi criada, em 1954, a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), atual Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o mais antigo programa governamental de suplementação alimentar do país, cuja estratégia de então era a redução da desnutrição dos escolares e a mudança dos hábitos alimentares (CARVALHO, 2009).

A CNAE dos anos 1950/60 tinha uma abrangência nacional, distribuía alimentos formulados e leite em pó doados pela Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que buscava escoar excedentes de produção dos países desenvolvidos a baixo custo (STEFANINI, 1997).

No início da década de 70 ocorreu uma crise mundial de produção de alimentos e de petróleo. Pesquisas mostraram um agravamento na situação de desnutrição revelando uma insuficiência de ingestão energética dos grupos

sociais mais pobres o que refletia a influência das condições de acesso e consumo de alimentos. Como consequência houve uma redefinição dos objetivos da alimentação escolar com aumento da cobertura das necessidades diárias dos escolares, promoção da redução da evasão, repetência e absenteísmo e adequação dos hábitos alimentares focando principalmente na regionalização na elaboração dos cardápios; na descentralização do processo de compra, priorizando as aquisições nas próprias localidades; na articulação com a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços; na análise do valor nutricional dos alimentos e da saúde dos escolares; e no controle de qualidade (STURION, 2002; TURPIN, 2008).

A década de 1980 marcou o início das mudanças estruturais do PNAE na ótica da descentralização e a adoção de cardápios adequados qualitativa e quantitativamente, respeitando os hábitos alimentares regionais e o padrão nutricional. A Constituição Brasileira, no artigo 208, inciso VII, incluiu o atendimento ao educando no ensino fundamental através de programas de suplementação alimentar, com garantia de descentralização dos recursos orçamentários e da execução dos serviços a serem oferecidos pelos estados e municípios (BRASIL, 1988; CARVALHO, 2009).

Nesta perspectiva, estados e municípios assumiram a responsabilidade pela elaboração de cardápios por nutricionistas devidamente sintonizados com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Esse cardápio deveria respeitar os hábitos alimentares da população das diferentes localidades, a vocação agrícola da região e a preferência dos produtos *in natura* (STURION, 2002).

Nos anos 2000, a agenda governamental incluiu o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), tendo o PNAE assumido o papel de articulador das ações de desenvolvimento local e de apoio à agricultura familiar, com a garantia de 30% do repasse financeiro para aquisição destes produtos (BRASIL, 2009a).

Nesta perspectiva, o objetivo do PNAE alinhou-se à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ampliando suas metas para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem e o rendimento escolar,

assim como na formação de práticas alimentares saudáveis por meio de ações de educação nutricional e de oferta de refeições que contemplem as necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009b).

Ao longo desse período, o PNAE passou por mudanças em seus paradigmas, evoluindo de um programa de cunho assistencialista com transferência de recursos para um programa voltado à garantia do DHAA e da segurança alimentar e nutricional da sua clientela; abrindo espaço para o controle social e partilhando a responsabilidade entre os entes federados através do processo de descentralização. Adicionalmente, visa a promoção do desenvolvimento local e a adoção de hábitos alimentares saudáveis por meio da educação nutricional nas escolas.

1.3 ALIMENTAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

A alimentação escolar é definida pela Lei 11.947 (BRASIL, 2009a) como sendo todo alimento oferecido no ambiente escolar durante o período letivo, independente de sua origem. Essa mesma legislação estabelece que aquela deve ser saudável e adequada, variada e segura, respeitando a culturas e os hábitos alimentares saudáveis de cada região, contribuindo, desta forma, para o crescimento e desenvolvimento dos alunos de acordo com a faixa etária e estado de saúde.

O PNAE prevê em suas Diretrizes a promoção de práticas alimentares saudáveis por meio da oferta de alimentos saudáveis, além de propor ações estratégicas, tais como a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino aprendizagem; a implantação de hortas pedagógicas; a realização de oficinas de arte culinária, além de estimular o envolvimento da comunidade escolar nesse processo. Essas ações vêm ao encontro ao preconizado pela Portaria Interministerial nº. 1.010/06 e os dez passos para a promoção da alimentação saudável nas escolas (BRASIL, 2006d, 2009b).

Poucas iniciativas visando implantar ou avaliar este propósito são conhecidas. Estudos recentes demonstram que ainda existem muitos lapsos

entre as disposições legais e as vivências observadas (CHAVES et al., 2009; GAGLIANONE et al., 2006; IULIANO, 2008; SCHMITZ et al., 2008) .

A Escola Promovendo Hábitos Alimentares Saudáveis é um projeto desenvolvido em Brasília (DF), desde 2001, que busca a formação de bons hábitos alimentares na comunidade escolar atuando na capacitação de educadores e assessorando donos de lanchonetes quanto à produção de lanches saudáveis. Estudo desenvolvido por Schmitz et al (2008), objetivando avaliar as capacitações de educadores e donos de cantinas escolares, concluiu que esse tipo de atividade propicia a ampliação dos conhecimentos dos participantes. Porém identificou barreiras quanto à implementação das cantinas saudáveis como a dificuldade de mudança de hábitos da clientela, ausência de integração entre cantina, escola e o projeto e a dificuldade de adequação aos padrões de higiene e instalação, o que se constituiu num entrave para a promoção da alimentação saudável (PAS) na escola.

Iuliano (2008) descreveu atividades promotoras da alimentação saudável em escolas de ensino fundamental em Guarulhos (SP), identificando como estratégias de ensino aprendizagem mais frequentes a transmissão de informações em aulas e as orientações verbais feitas pelos professores. A alimentação escolar foi pouco reconhecida como atividade pedagógica, nem sempre integrada ao currículo e desarticulada da participação comunitária.

Gaglianone et al (2006), analisando o desenvolvimento, implementação e impacto de programas de educação alimentar e nutricional sobre conhecimentos e atitudes saudáveis de estudantes e professores de escolas de nível fundamental, identificaram barreiras na implementação de tais programas, em nível individual e estrutural, refletindo a falta de envolvimento dos professores e das escolas, além de aspectos ambientais sociais e físicos.

Já a frequência de utilização de alimentos e preparações regionais nos cardápios da alimentação escolar do ensino público foi estudada por Chaves et al (2009), evidenciando que poucos cardápios respeitam a cultura regional, em desacordo com o preconizado pelo PNAE.

Parece ser oportuno questionar a razão pela qual mesmo com tanta ênfase na PAS, por que as políticas não alcançam a efetividade esperada. O que deve ser considerado é que a simples instituição de políticas, por si só, não promove mudanças. Para que os objetivos sejam alcançados é necessário considerar a múltipla dimensionalidade das escolhas alimentares (POULAIN, 2008; SANTOS, 2005; VOORPOSTEL, 2007).

Outro fator a ser considerado certamente é a percepção da comunidade escolar sobre a alimentação saudável. E mais: que fatores podem interferir na sua promoção? Os estudos sobre alimentação escolar normalmente enfocam a ingestão adequada de nutrientes, as formas de produção, com destaque para as condições higiênico-sanitárias das preparações ou a avaliação do programa enquanto parte de uma política. Poucos são aqueles voltados a identificar a percepção dos participantes da comunidade escolar sobre os significados atribuídos à alimentação produzida na escola.

Alguns estudos com essa abordagem qualitativa se mostram úteis na medida em que buscam resgatar conceitos, crenças e comportamentos individuais e coletivos de forma a construir novas estratégias de intervenção com maior probabilidade de sucesso (ASSAO; CERVATO-MANCUSO, 2008; MUNIZ; CARVALHO, 2007; TORAL; CONTI; SLATER, 2009; VOORPOSTEL, 2007).

Exemplo disso é o estudo conduzido por Toral, Conti e Slater (2009) junto a adolescentes do ensino médio de escolas públicas, que avaliou o conceito de alimentação saudável e as barreiras encontradas para sua adoção, observando que os jovens tinham conhecimento adequado sobre alimentação saudável, em que pese terem indicado como barreiras o sabor e a praticidade dos alimentos não saudáveis.

Por sua vez, Voorpostel (2007) identificou alguns mitos atribuídos à alimentação escolar, como forma de evitar a evasão escolar ou como alternativa de saciar a fome dos alunos, visto que os professores consideram a alimentação escolar uma política compensatória. A alimentação saudável foi

pouco considerada como pré-requisito para saúde, residindo nesse fato uma inexistente preocupação em realizar atividades de PAS.

Diante do exposto, parece lícito buscar conhecer a percepção sobre a alimentação saudável na escola e sobre as iniciativas que promovem hábitos alimentares saudáveis. Desta forma, coloca-se em destaque o ato alimentar para além do biológico, repleto de significados socialmente construídos.

Buscando responder a essas questões e produzir uma análise do material de estudo, o presente trabalho foi estruturado em seis capítulos: nos três primeiros tem-se a introdução, com um sobrevoo sobre a formação dos hábitos alimentares, a importância da promoção da saúde no ambiente escolar, as políticas nacionais e internacionais que fomentam a promoção da alimentação saudável, incluindo neste escopo o PNAE, bem como sua aplicação na prática escolar; os objetivos e o percurso metodológico da pesquisa. No quarto e quinto capítulos são apresentados os resultados, a discussão e as conclusões do estudo, no formato de dois artigos científicos. Um deles aborda a percepção sobre a alimentação saudável e as ações de promoção da alimentação saudável realizadas no ambiente escolar, enquanto o outro busca identificar os fatores que influenciam na promoção da alimentação saudável nesse espaço social.

As considerações finais incluem uma síntese dos resultados visando a fazer uma interlocução com os objetivos da pesquisa, apresentando as conclusões e as sugestões da autora após a análise dos dados e a verticalização vivenciada a partir da escolha da temática do trabalho.

2. OBJETIVOS

- Analisar a percepção sobre a alimentação saudável e as ações de promoção da alimentação saudável realizadas na comunidade escolar
- Conhecer as ações de promoção de hábitos alimentares saudáveis desenvolvidas pelas escolas;
- Descrever os fatores facilitadores e dificultadores na implementação de ações voltadas à alimentação saudável no ambiente escolar;
- Compreender como se dá a aplicação das políticas de promoção da alimentação saudável nesse espaço social.

3. METODOLOGIA

3.1 TIPOLOGIA

Estudo descritivo exploratório em uma abordagem qualitativa dos dados.

Os estudos descritivos exploratórios buscam levantar as características do grupo estudado, suas opiniões, atitudes e crenças, além de proporcionar uma visão acerca de determinado tema (GIL, 2009).

A metodologia qualitativa preocupa-se com a realidade não quantificada, aprofunda-se no mundo das ações humanas, trabalha com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos atores (PRAÇA; MERIGHI, 2003).

Por ser o hábito alimentar considerado um fenômeno complexo e multidimensional no qual aspectos biológicos, psicológicos, sociais e econômicos interagem para determinar as escolhas individuais e coletivas, optou-se por esse método uma vez que o trabalho tem a finalidade de analisar a visão da comunidade escolar sobre alimentação saudável e como ela é construída na realidade da escola.

3.2 LOCAL DO ESTUDO

O presente estudo foi realizado em escolas municipais de nível fundamental de Goiânia. Goiânia é a capital do estado de Goiás, localiza-se no Planalto Central, 209 km a Sudoeste de Brasília. A cidade possui 1.282.000 habitantes e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 0,832 (BRASIL, 2009c; PNUD, 2000). Possui 474 escolas de nível fundamental (156 municipais), com 118.000 alunos (BRASIL, 2010).

3.3 GRUPO DO ESTUDO

Na pesquisa qualitativa a amostragem não se prende ao critério numérico, mas aos indivíduos sociais que têm uma vinculação significativa ao problema investigado. Segundo Deslandes, Gomes e Minayo (2008), boa amostragem é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.

Neste estudo optou-se pela investigação junto a escolas municipais por ter nessa instância a modalidade de operacionalização e de gestão de recursos da alimentação escolar, então sob responsabilidade do Departamento de Alimentação Escolar (DALE). A amostra incluiu seis escolas do nível fundamental agrupadas aos pares segundo a ocorrência dos projetos: Programa Saúde na Escola, Projeto Viver Saudável e Programa Municipal de Saúde Bucal, e cuja proximidade geográfica facilitasse o acesso dos participantes do grupo focal. A escolha foi solicitada à Regional Central de Ensino, instância administrativa da Secretaria Municipal de Educação responsável pelas escolas localizadas nas regiões Norte e Leste, que comunicou as escolas quanto à anuência para o estudo.

Foram considerados critérios de inclusão tratar-se de escolas de nível fundamental da gestão municipal, cujas ações desenvolvidas incluíssem um projeto de promoção de saúde e que concordassem em participar do estudo. Além disso, os pares deveriam manter entre si uma proximidade geográfica.

A população do estudo era formada por representantes das escolas (diretor, coordenador, professor, manipulador da alimentação escolar, representante do Conselho Escolar e do Conselho de Alimentação Escolar - CAE), por entender-se ser esse o grupo social mais relevante na discussão do tema. Os diretores, por serem atores que determinam e influenciam os acontecimentos na escola; o coordenador, por representar a esfera pedagógica e o contato direto com professores/direção, bem como pelo seu papel de articulador da construção coletiva do projeto pedagógico, interface da escola com o sistema de ensino; o representante do CAE, por desempenhar funções

de acompanhamento e assessoria ao PNAE junto à escola; e os representantes do Conselho Escolar (CE), dos professores e das manipuladoras da alimentação escolar, pelo seu duplo papel de atores e sujeitos no que se refere à alimentação escolar.

Os representantes dos professores e manipuladoras de alimentos foram indicados por seus pares e os do CE foram convidados pela direção da escola.

O Conselho de Alimentação Escolar foi convidado a participar, porém, declinou do convite, uma vez que a execução dos grupos focais ocorreram em período de férias.

3.4 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE PRODUÇÃO DOS DADOS

O primeiro contato com as escolas foi feito após a anuência da Secretaria Municipal de Educação e a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (ANEXO B). Em contato telefônico apresentaram-se os objetivos da pesquisa e agendou-se uma visita àquelas que mostraram interesse em participar do estudo. Nessa ocasião, foi apresentado o projeto à direção e à coordenação da escola.

Todas as escolas convidadas concordaram em participar do estudo, procedendo-se então ao agendamento das atividades de pesquisa que consistiram, num primeiro momento, na caracterização da escola e posteriormente na execução dos grupos focais, conforme cronograma (QUADRO 1).

A caracterização das escolas ocorreu durante período de planejamento pedagógico destas, utilizando-se um roteiro estruturado que teve como respondentes o diretor (a), a coordenadora pedagógica, uma professora e uma manipuladora da alimentação de cada escola (APÊNDICE A).

Os grupos focais ocorreram em janeiro e março de 2010, sendo os participantes alocados como 'executores' (professores, manipuladores da alimentação escolar e representantes do Conselho Escolar) e 'gestores' (diretores e coordenadores pedagógicos). Essa organização buscou minimizar

as possíveis interferências oriundas das relações hierárquicas, que pudessem influir no resultado final do grupo focal.

Quadro 1: Cronograma de atividades de pesquisa do Projeto Alimentação Saudável na Escola: uma construção coletiva, 2010. Goiânia, 2010

Grupo	Escolas	Fase 1: Caracterização da escola	Fase 2: Grupo focal
GF1 – executores	E1	Data: 20/01 Horário: 13h30 Local: na escola	Data: 21/01 Horário: 14h Local: Igreja Católica do Santo Hilário Duração: 1h30
	E2	Data: 20/01 Horário: 16h Local: na escola	
GF2 – executores	E3	Data: 20/01 Horário: 8h30 Local: na escola	Data: 22/01 Horário: 9h Local: Igreja Evangélica do Vale dos Sonhos Duração: 1h30
	E4	Data: 20/01 Horário: 10h Local: na escola	
GF3 – executores	E5	Data: 21/01 Horário: 7h30 Local: na escola	Data: 22/01 Horário: 14h30 Local: Paróquia Divino Espírito Santo Duração: 1h
	E6	Data: 21/01 Horário: 10h Local: na escola	
GF4 – gestores	Todas		Data: 24/03 Horário: 8h Local: Faculdade de Nutrição UFG Duração: 1h30

Foram convidados a participar dos grupos focais dos executores um representante dos professores, uma das manipuladoras e um do Conselho Escolar (CE) de cada escola, não sendo necessariamente os mesmos que participaram na fase do diagnóstico. Os grupos dos ‘executores’ foram formados com representantes de duas escolas que desenvolvessem o mesmo projeto de promoção de saúde, dessa forma, o GF1 agregou as escolas que desenvolviam o Projeto Viver Saudável; o GF2, o Programa Saúde na Escola; e o GF3, o Programa de Escovação Dental Supervisionada. Para o grupo dos ‘gestores’, foram convidados diretores e coordenadores pedagógicos das escolas.

Foram realizados três grupos de executores (GF1, GF2 e GF3) e um grupo de gestores (GF4) cuja composição está descrita no quadro 2.

Quadro 2: Número de participantes e composição dos grupos focais do Projeto Alimentação Saudável na Escola: uma construção coletiva, 2010. Goiânia, 2010

Grupos Focais	Participantes	Composição do grupo
GF1	7	2 Conselho Escolar 2 Manipuladoras de alimentos 3 Professores
GF2	6	2 Conselho Escolar 2 Manipuladoras de alimentos 2 Professoras
GF3*	4	2 Manipuladoras 2 Professoras
GF4**	5	3 Diretoras 2 Coordenadoras

*Um representante do Conselho Escolar compareceu à reunião, porém como recusou-se a assinar o TCLE não participou do grupo.

**Um representante de escola justificou sua ausência.

O número de grupos focais realizados foi suficiente para se obter a saturação dos dados. Morgan (1997) coloca que são necessários de 3 a 5 grupos focais para promover um entendimento amplo sobre um assunto.

Mesmo com grupos focais de número reduzido de participantes (4 a 7) foi possível identificar opiniões e experiências importantes para a discussão do tema. Segundo Morgan (1997), é possível conduzir uma discussão produtiva em pequenos grupos se estes forem homogêneos e tiverem um alto nível de envolvimento com o tema. Dawson, Manderson e Tallo (1993) colocam que o grupo focal é melhor conduzido quando participam de 4 a 8 pessoas pela facilidade de controle.

A execução dos grupos focais orientou-se por um roteiro para as discussões, com questões semi-estruturadas (Apêndice B) sintonizadas com o tema estudado e descritas a seguir:

- O que vocês entendem por alimentação saudável? E por alimentação saudável na Escola?

- Existe alguma atividade desenvolvida na sua escola que seja promotora de hábitos saudáveis ou que estimule escolhas alimentares saudáveis? Qual(is)?

- Em se tratando de proposta para implantação da alimentação saudável na escola, quais fatores são facilitadores? E quais são dificultadores?

A técnica do grupo focal foi adotada por constituir-se em uma forma de coleta de dados qualitativos capaz de identificar atitudes e opiniões a partir da interação grupal sobre o assunto. Nesse processo os participantes expõem suas experiências, sendo possível desvelar não apenas o que pensam, mas também como e por que pensam e agem no tocante à alimentação escolar. Esses aspectos não seriam acessíveis sem a interação grupal. Nos grupos focais os participantes têm a chance de compartilhar suas ideias e experiências e reagem uns com os outros concordando, discordando, perguntando e respondendo (MORGAN, 1997).

O grupo focal foi conduzido por um moderador responsável por incluir as questões norteadoras, por encorajar os participantes a expressarem suas opiniões livremente e por direcionar a discussão. Um observador presente se encarregou de registrar as informações verbais expressas pelos participantes, dar apoio ao moderador, se responsabilizar pelos equipamentos, além de contribuir com a análise dos dados coletados. Tanto o moderador quanto o observador foram treinados na utilização da técnica de coleta de dados.

O grupo foi recepcionado no local da reunião, previamente preparado para a atividade, foi oferecido um lanche com a finalidade de integrar o grupo além de proporcionar um ambiente agradável para recepção dos participantes. No início do trabalho, foi distribuído e lido o Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido (APENDICE C), destacando os objetivos da pesquisa, riscos e liberdade em desistir de participar da mesma em qualquer momento sem penalização ou prejuízo, além da garantia de privacidade e confidencialidade dos dados. Posteriormente, a moderadora conduziu as atividades apresentando as questões norteadoras da discussão. Todas as atividades foram registradas em áudio utilizando-se gravador digital. As gravações foram utilizadas no processo de transcrição sendo esta posteriormente analisada, o que proporcionou uma visão geral do grupo sobre o tema proposto.

3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Para a caracterização das escolas foi feita uma análise descritiva dos dados. Já o tratamento das informações obtidas nos grupos focais por meio das gravações em áudio e vídeo, foi feito pela Análise de Conteúdo na modalidade temática proposta por Bardin (2009) e adaptada por Deslandes, Gomes e Minayo (2008), que consiste em:

“um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens.” (BARDIN, 2009; p. 44)

Na abordagem temática o conceito central é o tema que comporta um feixe de relações e que pode ser representado graficamente por uma palavra, uma frase ou um resumo. Sua análise consiste em *“descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objeto analítico escolhido”* (BARDIN, 2009, p. 131).

A análise temática parte de uma leitura compreensiva do conjunto do material selecionado de forma exaustiva, a partir da qual é possível obter uma visão do conjunto, apreender as particularidades do material, elaborar

pressupostos que servirão de base para a análise e interpretação, escolher formas de classificação e determinar os conceitos que orientarão a análise.

Numa segunda fase realiza-se a exploração do material onde trechos, frases ou fragmentos dos textos de análise serão distribuídos pelo esquema de classificação inicial, sendo então identificados os núcleos de sentido (aglutinação de ideias semelhantes) que vão compor as categorias e, posteriormente, os temas. Na etapa final, é elaborada a síntese interpretativa que relaciona os temas aos objetivos, questões e pressupostos da pesquisa (DESLANDES; GOMES; MINAYO, 2008).

Nessa pesquisa, a análise do material transcrito possibilitou a identificação de idéias que emergiram das falas dos participantes. Essas foram aglutinadas levando em consideração a semelhança no sentido e os objetivos da pesquisa. Desta forma, foram construídos seis núcleos de sentido: “Percepção sobre alimentação Saudável”, “Alimentação Saudável na Escola...”, “Atividades planejadas”, “Atividades não planejadas”, “O que nos estimula...”, e “E o que desestimula qualquer um...”. Na mesma lógica, os núcleos de sentido possibilitaram a construção das três categorias temáticas: “A Alimentação Saudável”, “A Escola como Promotora da Alimentação Saudável” e “A Alimentação Saudável na Escola”.

3.6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Esta pesquisa considerou, em todas as suas etapas, os princípios éticos fundamentais que norteiam pesquisas envolvendo seres humanos, descritos e estabelecidos pela Resolução CNS 196/96 (BRASIL, 1996).

O presente projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás sob o número 163/09. As atividades de pesquisa ocorreram mediante e posteriormente à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes (APÊNDICE C).

REFERÊNCIAS

ABREU, E. S.; VIANA, I.C.; MORENO, R.B.; TORRES, E.A.F.S. Alimentação Mundial – uma reflexão sobre a história. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.10, n. 2, p. 3-14, 2001.

ASSAO, T. Y.; CERVATO-MANCUSO, A. M. Alimentação saudável: percepções dos educadores de instituições infantis. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v.18, n. 2, p.126-134, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009. 288 p.

BARROS, M. S. C.; TARTAGLIA, J. C. A política de alimentação e nutrição no Brasil: breve histórico, avaliação e perspectivas. **Alimentação e Nutrição**, Araraquara, v. 14, n.1, p. 109-121, 2003.

BRAGA, V. Cultura alimentar: contribuições da antropologia da alimentação. **Saúde em Revista**, Piracicaba, v. 6, n. 13, p. 37-44, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/comissao/conep/resolucao.html>> Acesso em 12 fev. 2009.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 . Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 de jun. 2009a. n. 113, Seção 1, p. 2.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2010**. 2010 Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp>> . Acesso em: 27 dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília-DF, 2009 b. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2009/res038_16072009.pdf>. Acesso em: 12 set. 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997. 128 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. **Cadernos de Informação de Saúde Goiás** – versão fevereiro de 2009. Brasília,DF, 2009c. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/go.htm>> Acesso em: 21 jul. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Relatório da oficina para promoção da alimentação saudável nas escolas**. Brasília, DF, dez. 2006a. 26 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação e Cultura. Portaria Interministerial nº 1.010 de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio nas redes públicas e privadas, em âmbito nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 de maio de 2006d. Seção 1, p.70, ed. 87. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=70&data=09/05/2006>> Acesso em: 08 jun. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 719, de 10 de junho de 1999. Aprova a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF 11 de junho de 1999. Seção 1, p. 14.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Coordenação Geral de Apoio à Gestão Descentralizada. **Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006b. 76 p. (Série A: Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. **Glossário temático alimentação e nutrição**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2007. 60 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. **As cartas da Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 56 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006c. 60 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Acesso em: 22 abr de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>.

BUSS, P. M. Promoção de saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 163-177, 2000.

CARVALHO, D. G. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a sustentabilidade:** o caso do Distrito Federal (2005-2008). 2009. 238 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2009.

CHAVES, L. G.; MENDES, P. N. R.; BRITO, R. R.; BOTELHO, R. B. A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como promotor de hábitos alimentares regionais. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 22, n. 6, p. 857-866, 2009.

DAWSON, S.; MANDERSON, L.; TALLO, V. L. **A manual for the use of focus groups** – methods for the social research in disease. Boston, MA: INFDC, 1993.

DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S.(Org.) **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 27. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008. 108 p.

FISCHLER, C. **L'Homnivore:** le goût, la cuisine et le corps. Paris: Odile Jacob, 2001. 440 p.

GAGLIANONE, C. P.; TADDEI, J. A. A. C.; COLUGNATI, F. A. B.; MAGALHÃES, C. G.; DAVANÇO, G. M.; MACEDO, L.; LOPEZ, F. A. Nutrition education in public elementary schools of São Paulo, Brazil: the reducing risks of illness and death in adulthood project. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 309-320, 2006.

GARCIA, R. W. D. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 16, n. 4, p. 483-492, out./dez. 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. 200 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002 – 2003:** análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 251 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008 – 2009:** antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 220 p.

IULIANO, B. A. **Atividades para promoção da alimentação saudável em escolas de ensino fundamental do município de Guarulhos – SP**. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2008.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989. 569p.

MACIEL, M. E. Cultura e alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n. 16, p. 145-156, dez. 2001.

MORGAN, D. L. **Focus groups as qualitative research**. 2.ed. California, USA: SAGE, 1997. 80 p.

MUNIZ, V. M.; CARVALHO, A. T. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em município do estado da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do programa. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 285-296, 2007.

NOGUEIRA, R. M. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar como uma política pública: o caso de Campinas – SP**. 2005. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Estratégia Global em Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde**. 57º Assembleia Mundial de Saúde, maio 2004. 23 p. (WHA57.17).

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Escolas Promotoras de Saúde: iniciativa regional. Estratégias e linhas de ação 2003 – 2012**. Washington, DC: OPAS, 2006. 72 p. (Série Promoção da Saúde n. 4).

POULAIN, J-P. **Manger aujourd'hui: attitudes, normes et pratiques**. Toulouse: Privat, 2008. 235 p.

POULAIN, J-P.; PROENÇA, R. P. C. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 245-256, 2003.

PRAÇA, N. S.; MERIGHI, M. A. B. Pesquisa qualitativa em enfermagem. In: PRAÇA, N. S.; MERIGHI, M. A. B. **Abordagens teórico-metodológicas qualitativas: a vivência da mulher no período reprodutivo**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003, p. 1-3.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Atlas do Desenvolvimento Humano. **Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal**, 1991 a 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>

/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20de crescente%20.htm≥. Acesso em: 20 ago. 2009.

SANTOS, L. A. S. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 5, p. 681-692, 2005.

SCHMITZ, B. A. S.; RECINE, E.; CARDOSO, G. T.; SILVA, J. R. M.; AMORIM, N. F. A.; BERNARDON, R.; RODRIGUES, M. L. C. F. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24 (supl. 2), p. S312-S322, 2008.

STEFANINI, M. L. R. **Merenda escolar**: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança. 1997. 155f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 1997.

STURION, G. L. **Programa de Alimentação Escolar**: avaliação do desempenho em dez municípios brasileiros. 2002. 269 f. Tese (Doutorado em Alimentos e Nutrição) - Faculdade de Engenharia de Alimentos, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

TORAL, N.; CONTI, M. A.; SLATER, B. A alimentação saudável na ótica dos adolescentes: percepções e barreiras à sua implementação e características esperadas em materiais educativos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 11, p. 2386-2394, 2009.

TURPIN, M. E. **A alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de segurança alimentar e nutricional**. 2008. 159 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

VOORPOSTEL, C. R. **Percepções de professores e funcionários de escola rural sobre alimentação**. 2007. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, São Paulo, 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases**: report of a joint WHO/FAO expert consultation. Geneva, 28 jan - 1 feb. 2002. 2003 (WHO technical report series; 916). Disponível em: <http://www.who.int/hpr/NPH/docs/who_fao_expert_report.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2008.

ARTIGO 1: Alimentação Saudável na Escola: uma construção coletiva?

Alimentação Saudável na Escola: uma construção coletiva?

Healthy eating at school: a collective construct?

Short Title: Alimentação Escolar: construção coletiva?

Aída Bruna Quilici Camozzi¹, Estelamaris Tronco Monego², Ida Helena Carvalho Francescantonio Menezes³

¹ Mestranda, Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Goiás

Rua 91, nº 17, Qd. F14A, Lt. 01, Setor Sul, Goiânia (Goiás)

CEP: 74.083-150

E-mail: aidabruna@gmail.com

Colaboração na concepção e desenho do estudo; coleta, análise e interpretação dos dados; busca bibliográfica e redação do artigo

² Orientadora, docente da Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Goiás

Rua 227, Qd. 68 s/nº, Setor Leste Universitário, Goiânia (Goiás)

CEP: 74.605-080

Tel: (62) 3209-6270

E-mail: emonego@fanut.ufg.br

Colaboração na concepção e desenho do estudo; análise e interpretação dos dados; na redação e revisão crítica do artigo.

³ Co-orientadora, docente da Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Goiás

Rua 227, Qd. 68 s/nº, Setor Leste Universitário, Goiânia (Goiás)

CEP: 74.605-080

Tel: (62) 3209-6270

E-mail: ida@fanut.ufg.br

Colaboração no desenho do estudo, na redação e revisão crítica do artigo.

A pesquisa não recebeu financiamento para sua realização.

Não há potencial conflito de interesses.

RESUMO

Este estudo analisou a percepção sobre alimentação saudável e as ações para sua promoção em comunidades escolares. Trata-se de estudo descritivo exploratório em abordagem qualitativa cuja técnica foi o grupo focal seguido de interpretação por análise de conteúdo temática. Foi realizado em seis escolas de nível fundamental tendo como grupo de estudo diretores, coordenadores, professores e manipuladoras de alimentos. Os resultados evidenciaram uma visão biologicista da alimentação e uma compreensão assistencialista do papel da alimentação escolar. As ações promotoras da alimentação saudável na escola estão restritas à abordagem do conteúdo em sala de aula e em atividades dispersas que objetivam a aceitabilidade das preparações. Conclui-se ser necessárias mudanças na formação dos professores e manipuladoras capazes de imprimir um papel ativo desses profissionais como agentes da promoção da alimentação saudável na escola. O projeto pedagógico deve ser produto de uma construção coletiva, contemplando a inclusão transversal do tema nos currículos.

Termos de Indexação: Alimentação Escolar, Educação Alimentar e Nutricional, Promoção da Saúde

ABSTRACT

This study has analyzed healthy eating perception and promotional actions in school communities, under a descriptive-exploratory methodology with a qualitative approach, by means of focus groups and thematic content analysis. Done within six elementary schools, the study group was comprised of principals, coordinators, teachers, food manipulators, and school council representatives. Results show a biologic view of

healthy eating and a welfare reading of the school feeding role. Actions towards healthy eating promotion were restricted to in-classroom approach and to random activities aimed at improving meals acceptability. Changes in the teachers' and food manipulators training must occur so to allow an active stand towards healthy eating promotion. Pedagogical project must be the result of a collective construction that suits the transversal inclusion of the subject in the school curriculum.

Indexing terms: School Feeding, Food and Nutrition Education, Health Promotion

INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas nas práticas alimentares contemporâneas, fortemente influenciadas pelos avanços tecnológicos na indústria de alimentos e pela globalização, têm sido objeto de atenção do Setor Saúde desde que se estabeleceu uma relação entre a alimentação e algumas doenças crônicas¹.

A promoção de práticas alimentares saudáveis integra a Política Nacional de Alimentação e Nutrição²; a Estratégia Global para Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde³ e a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)⁴. Esta última prevê a alimentação saudável como uma das ações priorizadas para sua implementação contemplando a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar por meio de ações transversais, integradas e intersetoriais.

A escola é espaço de promoção da saúde, pela constituição do conhecimento do cidadão crítico, estimulando a autonomia, o exercício dos direitos e deveres, o controle das condições de saúde e qualidade de vida, bem como a obtenção de habilidades na busca de atitudes saudáveis^{5,6}.

As atividades educativas promotoras de saúde na escola, em particular da promoção da alimentação saudável (PAS), representam importante potencial para produzir impacto sobre a saúde, autoestima, comportamentos e desenvolvimento de habilidades para a vida de todos os membros da comunidade escolar⁷.

Nesse contexto situa-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado nos anos 1950, com a finalidade de proporcionar assistência alimentar suplementar aos escolares da rede pública de educação. O PNAE prevê em suas diretrizes a promoção de práticas alimentares saudáveis além de propor ações

estratégicas, tais como a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino aprendizagem; implantação de hortas pedagógicas; realização de oficinas de arte culinária, além de estimular o envolvimento da comunidade escolar nesse processo ⁸.

Em adição ao proposto pelas políticas e o preconizado pelo PNAE, foi instituída a Portaria Interministerial nº 1.010/06 que estabeleceu as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes pública e privada, em âmbito nacional, tendo como fundamento a inclusão do tema no projeto pedagógico das escolas⁵.

Mesmo com este arcabouço de intenções voltados à PAS na escola, poucas iniciativas visando a implantar ou avaliar esse propósito são conhecidas, existindo muitos lapsos entre as disposições legais e as vivências observadas. Essa evidência permite supor que a simples instituição das políticas não promove mudanças, devendo ser considerado o grau de comprometimento da comunidade quanto à promoção da alimentação saudável, ou mesmo qual a sua percepção sobre o tema. O resgate de conceitos, crenças e comportamentos individuais e coletivos pode subsidiar a construção de estratégias de intervenção com maior probabilidade de sucesso⁹.

Considerando que o ato alimentar não é meramente biológico, mas repleto de significados socialmente construídos, e que suas escolhas são determinadas pela percepção dos indivíduos sobre a realidade, este estudo objetivou analisar a percepção sobre alimentação saudável e as ações de promoção da alimentação saudável realizadas em comunidades escolares.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo exploratório em uma abordagem qualitativa no tratamento e análise dos dados.

O estudo foi realizado em seis escolas municipais de nível fundamental de Goiânia, localizadas nas regiões Leste e Norte, indicadas pela Secretaria Municipal de Educação. Foram considerados como critérios de inclusão tratar-se de escolas de nível fundamental de gestão municipal, que desenvolvessem algum projeto de promoção de saúde, que concordassem em participar do estudo e que mantivessem uma proximidade geográfica que facilitasse o acesso dos participantes às atividades de pesquisa.

A população do estudo foi formada por representantes das escolas (diretor, coordenador, professor, manipulador da alimentação escolar, representante do Conselho Escolar e do Conselho de Alimentação Escolar - CAE), por entender-se ser este o grupo social mais relevante na discussão do tema. Os representantes dos professores e manipuladoras de alimentos foram indicados por seus pares e os do Conselho Escolar (CE) convidados pela direção da escola. Já o CAE foi convidado pela pesquisadora, porém declinou do convite em função da atividade estar prevista para o período de férias.

O grupo focal foi adotado por ser uma técnica de coleta de dados qualitativos capaz de identificar atitudes e opiniões sobre o tema proposto a partir da interação do grupo¹⁰.

O contato inicial com as escolas foi feito após a anuência da Secretaria Municipal de Educação e a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás. Por telefone apresentaram-se os objetivos da pesquisa aos diretores ou coordenadoras e agendou-se uma visita àquelas que mostraram interesse em participar do estudo. Nessa ocasião, apresentou-se o projeto à direção e à coordenação da escola.

Todas as escolas convidadas concordaram em participar do estudo, procedendo-se então ao agendamento das atividades de pesquisa que consistiram, num primeiro momento, no diagnóstico da escola e posteriormente na execução dos grupos focais.

O diagnóstico das escolas ocorreu durante período de planejamento pedagógico, tendo sido utilizado roteiro estruturado cujos respondentes foram a direção da escola, a coordenadora pedagógica, uma professora e uma manipuladora da alimentação escolar de cada escola.

Os grupos focais ocorreram em janeiro e março de 2010, sendo os participantes alocados como ‘executores’ (professores, manipuladores da alimentação escolar e representantes do Conselho Escolar) e ‘gestores’ (diretores e coordenadores pedagógicos). Essa organização buscou minimizar possíveis interferências relacionadas às relações de hierarquia entre o grupo.

Foram convidados um representante de cada categoria por escola. Cada grupo focal dos executores foi organizado a partir de duas escolas que desenvolvessem o mesmo projeto de promoção de saúde, dessa forma, o GF1 agregou as escolas que

desenvolviam o Projeto Viver Saudável¹¹; o GF2, o Programa Saúde na Escola (PSE)¹²; e o GF3, o Programa de Escovação Dental Supervisionada Diária¹³. Para o grupo dos gestores foram convidados um representante da gestão, seja diretor ou coordenador de cada uma das seis escolas.

Os encontros de grupo foram conduzidos por meio de um roteiro semi-estruturado cujas questões norteadoras abordaram a percepção do grupo quanto à alimentação saudável, alimentação saudável no ambiente escolar e as ações promotoras da alimentação saudável desenvolvidas nas escolas.

Os grupos focais foram conduzidos por um moderador responsável por apresentar as questões norteadoras, encorajar os participantes a expressar suas opiniões livremente e por direcionar a discussão. Um observador foi encarregado de captar informações verbais expressas pelos participantes, além de contribuir com a análise dos dados coletados. Todas as atividades foram registradas em áudio com a autorização dos participantes mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As transcrições foram objetos da análise proporcionando uma visão geral do grupo sobre o tema.

Para diagnóstico das escolas foi feita uma análise descritiva dos dados. Já com as informações obtidas nos grupos focais procedeu-se à análise de conteúdo na modalidade temática proposta por Bardin¹⁴ e adaptada por Deslandes, Gomes e Minayo¹⁵.

A pesquisa considerou os princípios éticos contidos na Declaração de Helsinki e estabelecidos pela Resolução CNS196/96, sendo submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás sob o número 163/09.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do estudo as seis escolas municipais convidadas. Foram realizados três grupos focais de executores (GF1, GF2 e GF3) e um grupo de gestores (GF4), com a participação 22 pessoas, sendo 21 do sexo feminino. No GF1 participaram três professores, duas manipuladoras de alimentos e dois representantes do Conselho Escolar, no GF2 participaram duas professoras, duas manipuladoras de alimentos e duas representantes do Conselho Escolar e no GF3 participaram somente duas professoras e

duas manipuladoras de alimentos. O grupo dos gestores (GF4) foi constituído por cinco pessoas: três diretoras e duas coordenadoras. Apesar de serem organizados de forma separada os grupos de executores e de gestores não apresentaram visões diferentes quanto ao tema abordado sendo analisados conjuntamente.

Todas as escolas oferecem vagas nos três turnos (matutino, vespertino e noturno) atendendo aos três ciclos e à Educação e Alfabetização de Jovens e Adultos (EAJA).

Apesar de todas as escolas terem vivência em projetos de promoção da saúde, à exceção de uma delas, as demais relatam que os professores não são preparados na abordagem do tema saúde na escola. Sua referência limita-se ao livro didático, a alguns materiais educativos do Ministério da Educação (Cartilha da Emília e PSE). Particularizando-se para a promoção da alimentação saudável, quatro delas relatam incluir este tema no Projeto Político Pedagógico.

Todas as escolas contam com manipuladoras de alimentação escolar nos três turnos, informando terem participado em momento anterior de capacitação que abordou higiene no preparo e conservação de alimentos.

A análise das falas dos sujeitos permitiu a construção de duas categorias temáticas: “A alimentação saudável” e “A escola como promotora da alimentação saudável”. Essas categorias foram identificadas no processo de análise dos dados a partir das falas dos participantes, dos objetivos da pesquisa e das questões formuladas no roteiro semi-estruturado.

A ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Esta categoria temática agrega a percepção do grupo sobre a alimentação saudável, aí incluindo o ambiente escolar, destacando suas características, vantagens e limitações.

- **Percepção sobre alimentação saudável**

É possível perceber que o conceito de alimento saudável está presente, identificado através da variedade, acessibilidade, harmonia e adequação, no que se refere à faixa etária, situação de saúde e a segurança alimentar. Porém, fica evidente nas falas

do grupo uma forte tendência em considerar apenas os requisitos biológicos da alimentação, seja a satisfação das necessidades nutricionais ou a manutenção da saúde:

[...] é uma alimentação variada onde a gente tem acesso a todos os tipos de alimentos de origem animal, vegetal, de grãos e de tudo. (coordenadora - GF4)

[...] procurar comer alimentos mais orgânicos, sem agrotóxicos, bastante fruta, verdura e evitando excesso de gordura, doce em excesso. (professora - GF2)

Alimentação saudável é aquela que cumpre o papel de matar a fome da pessoa,[...] promove bem estar e saúde e cumpre o papel fisiológico em comer e promover saúde realmente porque a pessoa adoece menos. (professor - GF1)

A alimentação adequada e saudável pode ser definida como aquela que inclui “[...] uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, pautada no referencial tradicional local”. De acordo com o texto aprovado na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, deve ainda “[...] atender aos princípios de variedade, equilíbrio, moderação, prazer, às dimensões de gênero e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livres de contaminantes físicos, químicos e biológicos e de organismos geneticamente modificados” (p.20)¹⁶.

Para Fischler¹⁷, a alimentação é um fenômeno complexo, que tem uma função ao mesmo tempo biológica/vital e social, sendo fonte de nutrientes, mas também de significados e imaginários. A dimensão biológica da alimentação não pode estar desvinculada da dimensão social e do prazer, sob pena de perda da identidade cultural¹⁷. Na fala do grupo essa vinculação não está muito clara, pelo contrário, destaca-se a preocupação com a saúde como ausência de doença, podendo este se constituir em um fator dificultador na abordagem da alimentação saudável na escola.

- **Alimentação saudável na escola...**

Quando a alimentação adequada e saudável é localizada no espaço escolar, os grupos estudados identificam que a mesma garante a segurança alimentar e nutricional, na medida em que complementa a alimentação do aluno de forma qualitativa além de promover educação alimentar e nutricional. Referem-se à alimentação escolar como conquista dos alunos pela regularidade da oferta, assim como pela variedade, qualidade e pela preocupação com a segurança, porém alertam que ela deve ser mais bem aproveitada, no que se refere à aceitação das preparações, e que devem ser consideradas as realidades regionais na elaboração dos cardápios. Entretanto, existe ainda a percepção da alimentação escolar como artifício para evitar a evasão escolar, principalmente quando se referem aos alunos carentes e do período noturno:

Eles vão sem lanche [...] chegam passando necessidade. O que eles não têm condição em casa às vezes complementam na escola, às vezes o saudável que eles têm é na escola.
(manipuladora de alimentos - GF1)

A alimentação da escola tem dois papéis básicos: um é esse de educação nutricional e o outro também, que é chamariz, de manter o aluno na escola. Se a escola disser que a partir de hoje não tem merenda mais, certeza haveria grande evasão. O noturno é o caso específico disso, o aluno do noturno a gente segura ele em sala de aula depois, ele some. (professor - GF1)

Bezerra¹⁸ encontrou essa mesma percepção em um estudo sobre representações sociais e práticas relacionadas à alimentação escolar, verificando uma associação entre o consumo da alimentação escolar e a satisfação da fome do aluno. Apesar da diminuição da evasão escolar não constar como um dos objetivos vigentes do PNAE, essa compreensão ainda faz parte do imaginário de gestores, professores e manipuladoras de alimentos⁸. Para estes, a carência dos alunos e o papel da alimentação escolar seria o fator motivador da frequência e de melhora da aprendizagem, o que não confere com a

percepção dos alunos que consideram a alimentação servida como uma ração repetitiva que nem sempre satisfaz ao gosto, não se relacionando à sua frequência à escola¹⁸.

Voorpostel¹⁹, discutindo sobre a mesma temática, concluiu que diante dessa percepção há uma desvalorização do papel da escola como instituição de ensino à medida que esta não consegue atrair o aluno, e isenção do professor da responsabilidade de proporcionar um ensino atraente e significativo.

Essa compreensão assistencialista e equivocada teve origem nos objetivos pretendidos anteriormente pelo PNAE, onde além da contribuição para o crescimento e desenvolvimento, para o processo de ensino-aprendizagem, rendimento escolar e formação de hábitos alimentares saudáveis, constituía-se num estímulo à permanência do aluno na escola, contribuindo na redução da evasão escolar.

Atualmente o PNAE apresenta-se como um programa voltado à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e à Segurança Alimentar e Nutricional de sua clientela, conforme preconizado pela Lei nº 11.947, ancorando-se nos princípios da universalização, equidade, continuidade, descentralização e participação social²⁰. Nessa lei são disciplinadas novas diretrizes da alimentação escolar, com destaque para a universalidade do atendimento, com garantia do direito à alimentação escolar a todos os alunos da rede pública, filantrópica e conveniada, assim como de escolas indígenas e em áreas remanescentes de quilombos, da pré-escola até o ensino médio e da educação de jovens e adultos. Essa legislação prevê ainda, o respeito à cultura e aos hábitos alimentares regionais; a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino-aprendizagem, sob responsabilidade do Ministério da Educação, perpassando o currículo escolar abordando o tema alimentação e nutrição práticas saudáveis de vida; a participação da comunidade no controle social; e aquisição de gêneros alimentícios produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar, empreendedores familiares locais ou comunidades tradicionais indígenas ou remanescentes quilombolas contribuindo para o desenvolvimento econômico regional e de comunidades carentes²⁰.

A visão assistencialista vinculada aos propósitos da alimentação escolar evidenciada neste estudo, na contramão do que o PNAE preconiza atualmente, pode ser

uma das explicações que justificam a forma como o tema (não) é abordado nas atividades pedagógicas das escolas.

A ESCOLA PROMOVENDO A ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Nessa categoria as questões norteadoras identificaram as atividades promotoras de hábitos alimentares saudáveis desenvolvidas na escola, de forma planejada ou não, por professores, pedagogos e manipuladoras da alimentação escolar. Nessa análise fica evidente o pequeno envolvimento da comunidade escolar, seja no planejamento ou na execução de atividades pedagógicas de educação alimentar e nutricional.

- **Atividades planejadas**

As iniciativas previstas no Projeto Pedagógico restringem-se à abordagem conteudista do tema alimentação na sala de aula em algumas disciplinas (Ciências, Educação Física e Geografia), muitas vezes com um enfoque cultural, ou ainda na confecção de uma horta, conforme relatado por uma representante de escola.

No relato de um dos grupos, somente os pedagogos desenvolvem projetos que envolvem a alimentação e a saúde na escola, por serem considerados mais preparados para esta abordagem pedagógica:

É do currículo. Então, assim, tá lá no livro, vamos falar de alimentação? Fala-se de alimentação. Mas na nossa escola não há um projeto específico pra aquilo. (coordenadora - GF4)

Então a área que se identifica com essa questão da saúde de alimentação, normalmente é a área de ciências e educação física. (coordenadora - GF4)

[...] a gente sempre fala de alimentação, a gente sempre trabalha em favor da alimentação, mas sempre num outro

contexto que é a questão cultural, [...] nunca pra essa questão da saúde. (professora - GF3)

[...] é pra todo mundo e trabalha com todas as disciplinas, que são as pedagogas. Aí no matutino não tem esse projeto não. (professora - GF3)

Conforme preconizado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os conteúdos relativos à alimentação e à educação alimentar e nutricional no ensino fundamental fazem parte do bloco temático “Ser Humano e Saúde”, a ser abordado pela disciplina de Ciências Naturais, e de forma transdisciplinar no tema transversal “Saúde e Meio Ambiente”²¹. Esses temas buscam propiciar uma visão integral do corpo humano relacionando aparelhos e sistemas, interações com o meio ambiente e individualidade, com o objetivo de desenvolver no aluno atitude de respeito pelo corpo e pelas diferenças individuais.

Identifica-se nas falas do grupo que o tema alimentação é abordado principalmente na disciplina de Ciências, seguindo o previsto no currículo da disciplina baseando-se no livro didático, porém sob o enfoque cultural, uma vez que os professores não se sentem seguros para abordar o tema sob o enfoque da saúde.

Vários estudos reiteram a formação deficiente dos professores nesse tema^{19,22,23}. A nutrição parece ser tratada nos cursos de ciências biológicas apenas em termos celulares²⁴. Essa limitação pode caracterizar-se como uma das causas da pouca compreensão dos professores sobre a multidimensionalidade da alimentação humana e, conseqüentemente, dificulta a sua abordagem sobre este aspecto.

Somando-se ao já colocado, a análise de livros didáticos em estudo conduzido por Lemos²⁴ mostrou que eles apresentam muitas limitações, dentre as quais erros conceituais e de interpretação, o que os torna inadequados a fornecer aos alunos a base de conhecimentos suficientes para a compreensão dos conceitos sobre nutrição, bem como inadequados para fazê-los posicionar-se criticamente diante de informações veiculadas nos meios de comunicação. Portanto, faz-se necessário repensar a bibliografia de referência utilizada, assim como a formação do professor.

Poucas são as iniciativas voltadas à promoção da alimentação saudável identificadas neste estudo. Resumem-se à abordagem em sala de aula e formação de horta citada por uma das escolas do estudo. Esse fato é preocupante, uma vez que todas as escolas participantes desenvolvem projetos de promoção de saúde, de forma articulada com parceiros externos. Observa-se ausência de relação entre os projetos relacionados à saúde e a promoção da alimentação saudável.

Com exceção do Programa de Escovação Dental Supervisionada, que foca sua atuação na promoção da melhoria das condições de saúde bucal dos escolares por meio da escovação diária com creme fluoretado, os demais projetos objetivam ações de promoção de saúde e de fortalecimento da atenção básica com especial atenção à promoção da alimentação saudável e à prática de atividades físicas^{11, 12, 13}.

O Projeto Viver Saudável (PVS) constitui-se num projeto de promoção de saúde de âmbito regional alicerçado nas políticas de promoção de saúde com o objetivo de incentivar e implementar condutas saudáveis de vida em comunidades escolares, com ênfase para promoção da alimentação saudável e de práticas corporais regulares¹¹.

O Programa Saúde na Escola (PSE) é um programa de nível nacional que busca ampliar as ações de saúde aos alunos da rede pública de ensino na perspectiva da integralidade. O PSE organiza-se em cinco componentes: avaliação das condições de saúde, educação permanente e capacitação dos profissionais da educação e da saúde, monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes e do PSE e promoção da saúde e prevenção, em que se destacam as ações de segurança alimentar e promoção da alimentação saudável¹².

Em ambos, é prevista a integração intersetorial entre saúde e educação, por meio da articulação de ações da saúde, com especial ênfase na atuação das equipes da Estratégia Saúde da Família e a inclusão dos temas alimentação saudável e saúde nos projetos pedagógicos das escolas, bem como a educação permanente dos servidores da educação e da saúde e dos alunos^{11, 12}.

Nesse estudo foi pouco percebida a influência desses projetos, uma vez que fica evidente na fala dos grupos a carência de formação, de informação e de recursos para a abordagem da alimentação saudável, assim como na falta de ações planejadas de promoção da alimentação saudável.

Dessa forma, verifica-se a necessidade de se avaliar formalmente a efetividade desses projetos e reavaliar suas estratégias de atuação, uma vez que, como foi verificado nas falas dos participantes, um objetivo importante como a promoção da alimentação saudável não está sendo atingido.

A Portaria nº 1.010/06⁵, enquanto política de promoção da alimentação saudável na escola, indica várias possibilidades de ações baseadas em eixos que priorizam a educação alimentar e nutricional; estímulo à produção de hortas como método pedagógico e à implantação de boas práticas da manipulação de alimentos no ambiente escolar; a restrição ao comércio de alimentos com altos teores de gorduras, açúcar e sal; incentivo ao consumo de verduras, frutas e legumes e o monitoramento da situação nutricional dos escolares .

As atividades devem envolver toda a comunidade escolar, perpassando os conteúdos curriculares; a parceria co-responsável das famílias; o estímulo a uma culinária que valorize a oferta de alimentos e refeições saudáveis, estimulando o consumo de frutas, legumes e verduras regionais e restringindo a oferta, promoção comercial e venda de produtos não saudáveis; além da troca de experiências, informações e vivências com os escolares, incluindo o monitoramento do estado nutricional neste processo⁵.

Sob essa ótica, apenas a efetivação dessa perspectiva nas ações da escola, em sua integralidade, promoveria a cidadania, inserindo o tema da alimentação adequada e saudável de forma transversal, conforme preconizado nos Parâmetros Curriculares Nacionais ^{21, 25,26}.

A educação alimentar e nutricional é uma tarefa complexa, na qual teorias do campo das ciências humanas, em especial da educação, devem ser incluídas. As atitudes em relação à alimentação são formadas baseadas em conhecimentos, crenças, valores, predisposições pessoais, e sua modificação demanda tempo e orientação competente²⁴.

- **Atividades não planejadas**

As iniciativas não planejadas, identificadas nas falas dos grupos, consistem em iniciativas que objetivam aumentar a aceitação das preparações da alimentação escolar pelos alunos das quais se destacam o papel do professor, que atua como

orientador/incentivador do consumo de alimentos percebidos como saudáveis enaltecendo suas qualidades ou, ao contrário, como repressor, com o intuito de desestimular o consumo de alimentos não saudáveis; e das manipuladoras da alimentação escolar que se utilizam de estratégias como elaboração de material informativo sobre o cardápio, adequação no horário para oferta de frutas, utilização de condimentos e temperos e modificações na forma de preparo ou mesmo no cardápio da merenda.

[...] Igual o leite. Tem uns meninos que tem uma dificuldade de tomar o leite e a gente fica assim: ‘- Gente o leite é bom pros ossos, pros dentes, vocês vão acabar vivendo melhor.’ A gente sempre acaba falando alguma coisa além [...] (professora - GF2)

E o mingau de chocolate que vinha, né?! Eu tentei, coloquei leite nele e melhorei a qualidade, né?! E peguei, pus coco no meio, coloquei no copo, pus ‘pra’ gelar, no outro dia joguei coco por cima. Aí teve uns que ‘pegou’, ‘achou’ interessante e comeu. (manipuladora de alimentos - GF3)

Esse estudo evidenciou atitudes incompatíveis com o modelo preconizado pelas políticas e diretrizes, uma vez que tais atitudes mostram-se pautadas em ações dispersas, não planejadas, fundamentadas unicamente em conhecimento pragmático dos educadores, sem contar com um suporte baseado na teoria sobre o tema.

Quanto ao educador, cabe-lhe um papel que excede a mera transmissão de conhecimentos²⁵. Nesse processo, o educador deveria atuar como negociador das regras de consumo alimentar, criando situações que permitem identificar novos significados, dando sentido às aprendizagens, além de atuar como modelo de comportamento, facilitando a partilha de experiências e opiniões relativas à alimentação junto aos alunos²².

As manipuladoras de alimentação, enquanto membros da comunidade escolar, desempenham um papel importante na formação dos hábitos alimentares dos alunos, uma vez que se responsabilizam pela preparação segura dos alimentos servidos. Atuam também como propagadoras de conhecimentos do senso comum, constituindo-se em agentes promotoras da alimentação saudável ²⁷.

Nesse estudo foram relatadas dificuldades relativas à aceitabilidade das preparações, o que motivou, conforme relatos, a sua modificação pelas manipuladoras, sem que, novamente, qualquer parâmetro teórico fosse observado.

Tais modificações podem muitas vezes alterar de forma negativa o conteúdo nutricional. No imaginário das manipuladoras a alimentação saudável está associada à aceitabilidade pelos alunos, o que as faz valorizar a culinária que remete ao alimento caseiro, numa clara associação aos elementos culturais do alimento ²⁸.

Esse tipo de comportamento, também identificado por Teo et al. ²⁷, torna evidente a necessidade de programas de educação permanente que abordem não somente temas como higiene no preparo dos alimentos, como também formas de preparo, estrutura de cardápio, buscando a compreensão do papel da manipuladora como agente de promoção da alimentação saudável no espaço escolar, oferecendo preparações mais saudáveis, variadas, culturalmente relacionadas e restringindo a oferta de alimentos ricos em gordura, açúcar ou sal ^{5; 27}.

Deve-se ressaltar que o planejamento do cardápio é uma responsabilidade técnica do nutricionista do PNAE que segue, dentre outras diretrizes estabelecidas pelo programa, o respeito aos hábitos alimentares, com utilização de gêneros alimentícios básicos e a cobertura de 20% necessidades nutricionais diárias em cada refeição ⁸.

Para promoção da alimentação saudável na escola é necessária a integração e participação ativa dos profissionais docentes e não docentes, pais e parcerias, na construção coletiva de um projeto pedagógico, onde a inclusão transversal do tema nos currículos seja contemplada e que proporcione uma aprendizagem significativa possibilitando escolhas alimentares saudáveis ⁵.

CONCLUSÃO

A partir da análise compreensiva das falas, foi possível observar que o grupo percebe a alimentação sob uma perspectiva biologicista, responsável pelo atendimento das necessidades nutricionais e manutenção da saúde, desvinculado da dimensão social e do prazer.

A alimentação saudável no contexto escolar é percebida como um complemento daquela recebida em casa, ofertada principalmente para estudantes carentes, reconhecida como direito conquistado que se traduz em regularidade da oferta, qualidade e segurança, porém ainda tida como mecanismo de redução da evasão escolar, demonstrando uma compreensão assistencialista desarticulada com os atuais propósitos do PNAE e capaz de interferir na abordagem do tema ou mesmo dificultando na proposição de ações promotoras da alimentação saudável nesse espaço social.

As atividades promotoras da alimentação saudável na escola são pouco variadas, constatando-se pouco envolvimento e mesmo despreparo da comunidade escolar; uma abordagem restrita do conteúdo sobre alimentação saudável em sala de aula; utilizando-se como veículo poucas disciplinas e com um enfoque cultural, e tendo o livro didático, com várias limitações, como referência. Evidencia-se a necessidade de repensar a formação do professor de nível fundamental quanto às múltiplas dimensões do ato alimentar, superando a visão centralizada nos aspectos biológicos, reavaliando as estratégias de ensino aprendizagem utilizadas, bem como a bibliografia utilizada como referência.

As iniciativas consideradas não planejadas mostraram-se incompatíveis com as políticas de promoção da saúde, sendo pautadas em ações que não contemplam o devido arcabouço teórico. Destacam-se as alterações feitas nos cardápio pelas manipuladoras, com o objetivo de valorizar a culinária e a aceitabilidade por parte dos alunos, com prejuízos do valor nutricional. Fica evidente a necessidade de programas educativos que proporcionem aprendizagem significativa, permitindo a compreensão do papel desse profissional como agente da promoção da alimentação saudável no espaço escolar.

Evidenciou-se também a pouca efetividade dos projetos de promoção de saúde desenvolvidos nas escolas em pareceria com o Setor Saúde, seja pela falta de

identificação das demandas das escolas, pela incapacidade de motivar os atores a participar da construção de um projeto de promoção da alimentação saudável, ou mesmo por não conseguirem intermediar saberes de forma adequada. Ressalta-se a necessidade de superação desses entraves e de reavaliação das propostas e estratégias de atuação desses programas, uma vez que as parcerias intersetoriais são reconhecidamente importantes na articulação de ações voltadas à educação permanente e de uma forma mais ampla à promoção da saúde; a promoção de discussões sobre a construção de um projeto pedagógico com participação coletiva, onde a inclusão transversal do tema nos currículos seja contemplada.

REFERÊNCIAS

1. World Health Organization (WHO). Diet, nutrition and prevention of chronic diseases: report of a joint WHO/FAO expert consultation [internet]. Geneva, 28 jan. – 1 feb.2002. 2003. [citado 2008 fev. 10]; (WHO technical report series; 916). Disponível em: http://www.who.int/hpr/NPH/docs/who_fao_expert_report.pdf.
2. Brasil. Portaria no. 710, de 10 de junho de 1999. Aprova a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 14 (11 jun. 1999).
3. Organização Mundial de Saúde. Estratégia Global em Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde. 57º Assembléia Mundial de Saúde; maio 2004. 23p. (WHA57.17).
4. Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2006.
5. Brasil. Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável na escolas de educação infantil, fundamental e nível médio nas redes públicas e privadas , em âmbito nacional. Diário Oficial da União (09 maio 2006).
6. Schmitz BAS, Recine E, Cardoso GT, et al. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. Cad Saúde Pública. 2008; 24 (2suppl): S312-S322.

7. Brasil. Ministério da Saúde. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Relatório da oficina para promoção da alimentação saudável nas escolas. Brasília, DF: Ministério da Saúde; dez. 2006.
8. Brasil, Ministério da Educação. Resolução/CD/FNDE no. 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília-DF, 2009. [citado 2009 set 12]. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2009/res038_16072009.pdf.
9. Toral N, Conti MA, Slater B. A alimentação saudável na ótica dos adolescentes: percepções e barreiras à sua implantação e características esperadas de materiais educativos. Cad. Saúde Pública. 2009; 25(11):2386-2394.
10. Morgan DL. Focus groups as qualitative research. 2ª ed. California (USA): SAGE; 1997.80p.
11. Prefeitura de Goiânia, Secretaria Municipal de Saúde, Departamento de Rede Básica, Divisão de Doenças Crônicas Degenerativas não Transmissíveis, Distrito Sanitário Leste. Projeto Viver Saudável. Goiânia; 2006.
12. Brasil, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Saúde na Escola. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2009.
13. Prefeitura de Goiânia, Secretaria Municipal de Saúde, Departamento de Saúde Bucal. Programa de Escovação Dental Supervisionada Diária com Creme Dental Fluoretado. Goiânia; 2008.
14. Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa (PT): Edições 70; 2009.281p.
15. Deslandes SF, Gomes R, Minayo MCS. Pesquisa social. Petrópolis: Vozes; 2008. 108p.
16. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2007 Jun 03-06; Fortaleza: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; 2007. 44p.
17. Fischler C. L’Homnivore: le goût, la cuisine et le corps. Paris: Odile Jacob; 2001. 440p.
18. Bezerra JAB. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. Rev Bras Educ. 2009; 14(40):103-115.

19. Voorpostel CR. Percepções de professores e funcionários de escola rural sobre alimentação [dissertação]. [Campinas]: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas; 2007.184p.
20. Brasil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 . Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União. Brasília - DF, 17 de jun. 2009. no. 113, Seção 1, p. 2.
21. Brasil, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental; 1997. 128p.
22. Davanço GM, Taddei JAA, Gaglianone CP. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a curso de educação nutricional. Rev Nutr. 2004; 17(2):177-184.
23. Barbosa GMO. As representações de alimentação no ensino fundamental [tese]. [Fortaleza - CE]: Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação; 2007.233p.
24. Lemos CB. Análise de conteúdos de nutrição em livros didáticos do ensino fundamental [dissertação]. [São Paulo]: Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação; 2009. 216p.
25. Cabral HCO. A educação alimentar e nutricional nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública municipal de Rio Verde – GO [dissertação]. [Goiânia]: Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação; 2008.111p.
26. Bizzo MLG, Leder L. Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. Rev Nutr.2005; 18(5): 661-7.
27. Teo CRPA, Sabedot FRB, Schafer E.Merendeiras como agente de educação em saúde da comunidade escolar: potencialidades e limites. Rev Espaço para Saúde. 2010; 11(2): 11-20
28. Poulain J-P. Manger aujourd’hui: attitudes, normes et pratiques. Toulouse: Privat; 2008. 235p.

ARTIGO 2: Fatores Determinantes na Promoção da Alimentação Saudável na Escola

Fatores Determinantes na Promoção da Alimentação Saudável na Escola

Determinant Factors for Healthy Eating Promotion in the School

Determinantes da alimentação saudável na escola

Aída Bruna Quilici Camozzi¹, Estelamaris Tronco Monego², Ida Helena Carvalho Francescantonio Menezes³

¹ Mestranda, Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Goiás

Rua 91, nº 17, Qd. F14A, Lt. 01, Setor Sul, Goiânia (Goiás)

CEP: 74.083-150

E-mail: aidabruna@gmail.com

Colaboração na concepção e desenho do estudo; coleta, análise e interpretação dos dados; busca bibliográfica e redação do artigo

² Orientadora, docente da Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Goiás

Rua 227, Qd. 68 s/nº, Setor Leste Universitário, Goiânia (Goiás)

CEP: 74.605-080

Tel: (62) 3209-6270

E-mail: emonego@fanut.ufg.br

Colaboração na concepção e desenho do estudo; análise e interpretação dos dados; na redação e revisão crítica do artigo.

³ Co-orientadora, docente da Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Goiás

Rua 227, Qd. 68 s/nº, Setor Leste Universitário, Goiânia (Goiás)

CEP: 74.605-080

Tel: (62) 3209-6270

E-mail: ida@fanut.ufg.br

Colaboração no desenho do estudo, na redação e revisão crítica do artigo.

A pesquisa não recebeu financiamento para sua realização.

Não há potencial conflito de interesses.

RESUMO

Estudo qualitativo, exploratório e descritivo realizado em seis escolas municipais de Goiânia, utilizando grupo focal com diretores, coordenadores, professores, manipuladoras de alimentos e representantes do conselho escolar. A análise de conteúdo temática identificou fatores considerados facilitadores e dificultadores da promoção da alimentação saudável no espaço escolar. Dentre os primeiros estão o envolvimento da coordenação da escola, o compromisso dos professores, o preparo higiênico da alimentação escolar e a articulação entre os Setores Saúde e Educação. Como fatores dificultadores foram citados a formação inadequada do professor, a falta de capacitação das manipuladoras, a fraca interação dos pais, a inadequação do cardápio e da estrutura da cozinha e o conflito presente entre alimento saudável versus alimento gostoso. Conclui-se que para promover a alimentação saudável na escola é necessário revisar o processo de formação dos professores e das manipuladoras, adequar as preparações oferecidas aos hábitos alimentares e à realidade da clientela, adequar a estrutura física e construir coletivamente um cardápio em que o gostoso faça uma interface com o saudável.

Termos de Indexação: Alimentação Escolar, Educação Alimentar e Nutricional, Promoção da Saúde

ABSTRACT

Qualitative, descriptive-exploratory study carried in six municipal schools in Goiania, using focal groups with principals, coordinators, teachers, food manipulators, and school council representatives. Thematic content analysis has identified facilitating and hindering factors in promoting healthy eating in the school environment. Among

facilitating factors are the school coordination involvement, teachers' compromise, hygienic preparation of school meals and the interface between health and education sectors. Were cited as hindering factors teachers' inadequate training for approaching the subject, lack of food manipulators' training, lousy parental interaction, menu and infrastructure inadequacy, and the conflict between healthy and tasty food. Conclusion is that in order to promote healthy eating at school, it is first necessary to revise teachers and food manipulator's training process, to adequate meals offered to eating habits and to socioeconomic background, to adequate the infrastructure, and to collectively construct a menu in which tasty food is interfaced with healthy food.

Indexing terms: School Feeding, Food and Nutrition Education, Health Promotion

INTRODUÇÃO

A promoção da saúde é estratégia para o enfrentamento dos múltiplos problemas de saúde que afetam as sociedades contemporâneas. Partindo da concepção ampla do processo saúde/doença e seus determinantes, propõe uma articulação dos saberes técnicos e populares, de recursos institucionais e comunitários, públicos e privados, para seu enfrentamento e resolução¹.

Historicamente, a promoção da saúde surgiu nos anos 1970 no Informe Lalonde, que preconizava a reorientação dos investimentos da saúde com foco nas ações sobre o meio ambiente e estilos de vida, então considerados como fatores determinantes no adoecimento e morte da população. Porém, foi na I Conferência Internacional sobre Promoção de Saúde (Ottawa, 1986), que foi conceituada como um *“processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle desse processo”* (p.19)². A Carta de Ottawa propõe cinco campos de atuação: a elaboração de políticas públicas saudáveis, criação de ambientes favoráveis à saúde, reforço à ação comunitária, desenvolvimento de habilidades pessoais e reorientação do sistema de saúde².

A escola promotora da saúde (EPS) é uma estratégia de promoção da saúde no âmbito escolar, com enfoque na integralidade, considerando o contexto familiar,

comunitário e social, que busca, por meio de uso de metodologias educativas formais e informais, desenvolver novas habilidades nos alunos, favorecendo a adoção de estilos de vida saudáveis e comportamentos de prevenção às condutas de risco e de proteção ao meio ambiente³.

A escola representa um importante espaço para a implementação de ações de educação alimentar e nutricional, considerando o tempo de permanência do aluno e a diversidade de oportunidades de ensino formal e de incorporação de valores, hábitos e atitudes⁴. Tais ações devem atender aos preceitos da promoção da saúde e às diretrizes das legislações vigentes, buscando subsidiar a construção de hábitos alimentares saudáveis referenciados culturalmente e fundamentados em metodologias pedagógicas problematizadoras e transversais que propiciem a construção da cidadania⁵.

Nesse contexto inclui-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que objetiva contribuir para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem e o rendimento escolar de alunos e contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis por meio da educação alimentar e nutricional envolvendo a comunidade escolar⁶. Nesta mesma trajetória insere-se a Portaria Interministerial nº 1.010/06 que estabelece as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas, tendo como fundamento a inclusão do tema no projeto pedagógico⁷.

A escola promotora da saúde deve suscitar discussões para a elaboração do projeto pedagógico, tendo como produto a construção coletiva e se colocando como espaço de participação da comunidade escolar na busca da saúde como resultante da qualidade de vida. Contudo, parecem existir limitações na construção e aplicação das estratégias capazes de promover a alimentação saudável neste contexto, seja pelo envolvimento dos alunos e também pela (falta de) qualificação dos professores e do nutricionistas, entre outros⁸. Tais entraves devem ser identificados e superados para que a escola tenha possibilidade de transformar-se em um ambiente promotor da saúde e de hábitos alimentares saudáveis. Desta forma, o objetivo desse trabalho foi identificar os fatores que influenciam na promoção da alimentação saudável no espaço escolar.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, por meio de grupo focal, realizado em seis escolas municipais de nível fundamental localizadas nas regiões Leste e Norte de Goiânia – GO. Os critérios para a seleção incluíram a gestão municipal, o desenvolvimento de projeto de promoção da saúde e o interesse em participar do estudo. As escolas foram indicadas pela Secretaria Municipal de Educação.

A população do estudo foi formada por representantes das comunidades escolares das seis escolas: o diretor, o coordenador, um professor, uma manipuladora da alimentação escolar e um representante do Conselho Escolar. O representante do CAE do município foi convidado a participar, porém declinou do convite devido ao período de realização das atividades da pesquisa ser durante as férias. Os professores e manipuladoras da alimentação escolar foram indicados por seus pares e os representantes do Conselho Escolar foram convidados pela direção das escolas.

As escolas foram contatadas após a anuência da Secretaria Municipal de Educação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás. Em contato telefônico foram apresentados os objetivos da pesquisa ao diretor ou coordenador das escolas, sendo agendada a visita às escolas interessadas para apresentação do projeto.

Todas as escolas convidadas concordaram em participar do estudo, procedendo-se ao agendamento dos grupos focais. Os participantes foram organizados em grupos de executores, constituídos pelos professores, manipuladores e representantes do conselho escolar das escolas, e em grupo de gestores, constituído pelos diretores e coordenadores pedagógicos de todas as seis escolas. Os executores foram organizados em três grupos (GF1, GF2 e GF3). Cada grupo foi formado por representantes de duas escolas que desenvolvessem o mesmo projeto de promoção de Saúde, desta forma o GF1 agregou os representantes das escolas que desenvolviam o Projeto Viver Saudável⁹, o GF2, o Programa Saúde na Escola¹⁰ e o GF3, o Programa de Escovação Dental Supervisionada¹¹. Essa organização buscou minimizar as possíveis interferências hierárquicas, como também considerar os pontos de vista diversos sobre o tema.

O grupo focal foi utilizado como técnica por se constituir em uma forma de coleta de dados qualitativos capaz de identificar atitudes e opiniões a partir da interação grupal sobre o assunto¹², sendo orientados por um roteiro para as discussões com questões semiestruturadas que abordavam as facilidades e dificuldades na promoção da alimentação saudável na escola.

A execução do grupo focal incluiu um moderador responsável por apresentar as questões norteadoras, encorajar os participantes a expressar suas opiniões livremente e por direcionar a discussão e um observador encarregado de captar informações verbais expressas pelos participantes, além de contribuir com a análise dos dados coletados. Todas as atividades foram registradas em áudio com autorização dos participantes, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e as transcrições foram objetos da análise, proporcionando uma visão geral do grupo sobre o tema.

O tratamento das informações obtidas nos grupos focais foi feito pela Análise de Conteúdo na modalidade temática proposta por Bardin¹³ e adaptada por Deslandes, Gomes e Minayo¹⁴.

A pesquisa considerou os princípios éticos contidos na Declaração de Helsinki e estabelecidos pela Resolução CNS196/96, sendo submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás sob o número 163/09.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os grupos focais (GF) ocorreram em 2010, nos meses de janeiro, os executores (GFE) e março, os gestores (GFG). Foram estudadas as informações de 23 pessoas (22 mulheres). No GFE participaram 17 pessoas (16 mulheres) assim distribuídas: o GFE1 foi constituído por sete pessoas sendo duas representantes do conselho escolar, duas manipuladoras de alimentos e três professores; o GFE2 por seis pessoas sendo dois do Conselho Escolar, duas manipuladoras de alimentos e duas professoras e o GFE3 contou com a participação de quatro pessoas sendo duas manipuladoras de alimentos e duas professoras. O GFG teve a participação de 5 pessoas sendo três diretoras e duas coordenadoras.

A análise dos dados a partir das falas dos participantes, dos objetivos da pesquisa e das questões formuladas no roteiro permitiu a construção da categoria temática ‘**A alimentação saudável na escola**’.

Essa categoria temática identificou, por meio das questões norteadoras, os fatores facilitadores e dificultadores da promoção da alimentação saudável na escola.

- ***O que nos estimula...***

Dentre os fatores facilitadores foram citados o envolvimento da coordenação da escola atuando como agente motivador da equipe no desenvolvimento de projetos; o compromisso dos professores, com destaque ao papel do pedagogo no desenvolvimento dos projetos; a preocupação das manipuladoras com o cuidado no preparo higiênico da alimentação e fatores relativos à alimentação escolar como a maior variedade de gêneros disponíveis. A parceria com a equipe de saúde da Estratégia Saúde da Família foi citada por integrantes das escolas onde o Programa Saúde na Escola está implantado. O grupo identifica ainda como facilitador o papel dos alunos, uma vez que atuam como multiplicadores dos conhecimentos sobre alimentação saudável adquiridos na escola tanto no domicílio quanto no grupo social.

Eu acho que uma das coisas que pode estimular a gente é a questão da coordenação, que quando a gente tem uma coordenação que envolve com o trabalho da escola ela motiva o coletivo. (professora - GF2)

[...] muitas crianças ‘muda’ o hábito negativo dos pais, com a insistência do que ele aprendeu na escola com a professora. (diretora - GF4)

Em suas falas o grupo valoriza o envolvimento da comunidade escolar e das parcerias na promoção da alimentação saudável. Os professores quando motivados e preparados podem ser agentes de transformação do comportamento alimentar dos alunos¹⁵. A referência feita aos pedagogos deve-se à sua capacitação em metodologias

de ensino e didática, sendo considerados mais aptos a elaborar projetos e abordar o tema em sala de aula do que os professores não graduados em pedagogia.

O maior facilitador que tem na escola é o abraço do professor na 'coisa'. (manipuladora de alimentos - GF4)

O papel do coordenador se destaca na fala do grupo, por caber-lhe a função de integrar os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, viabilizando a qualificação do grupo, valorizando a formação do professor, incentivando o desenvolvimento de projetos e articulando parcerias entre as instâncias escola e família com o objetivo de ajudar efetivamente na construção da educação.

O preparo higiênico da alimentação escolar foi lembrado como contribuição das manipuladoras à promoção da alimentação saudável. Apesar desse papel ser de suma importância para a qualidade da alimentação servida, ainda é muito restrito frente às possibilidades de contribuição das manipuladoras no processo educativo dos alunos.

A variedade de oferta de gêneros, incluindo nesse escopo frutas e verduras, demonstra a disposição do Programa Nacional de Alimentação Escolar em seguir as diretrizes de oferta de alimentos variados e seguros produzidos em âmbito local, contribuindo para a formação do hábito de consumo desses alimentos.

A parceria com a Estratégia Saúde da Família por meio da participação no Programa Saúde na Escola também foi reconhecida como promotora da alimentação saudável, por permitir que as ações educativas não se restrinjam ao ambiente escolar, sendo desenvolvidas também no ambiente familiar. A articulação entre as redes públicas da Saúde e da Educação permite ampliar o impacto das ações de promoção de saúde do escolar e de sua família, considerando sua integralidade e otimizando os recursos e equipamentos disponíveis¹⁰.

- ***E o que desestimula qualquer um ...***

O grupo identifica vários fatores que interferem negativamente ou mesmo impossibilitam a adoção de estratégias promotoras da alimentação saudável. As falas destacam os fatores relacionados à atuação dos professores, das manipuladoras e da família, destacam ainda fatores relativos ao cardápio, à infraestrutura e gestão, à

influência da mídia e da propaganda, e aos fatores culturais como dificultadores nesse processo.

Atuação dos Professores

Identificam-se como dificultadores a restrita formação sobre o tema; a sobrecarga de trabalho (além dos conteúdos curriculares ainda é responsabilizado pelo acompanhamento de projetos); a pouca disponibilidade de recursos didáticos justificam a pobre abordagem do tema alimentação saudável. Por outro lado, algumas vezes mostram uma falta de interesse nesta abordagem, por entenderem ser essa uma responsabilidade da família. O grupo relata ainda que as poucas iniciativas pontuais desenvolvidas não têm continuidade por falta de visibilidade e divulgação. Ressaltam, ainda, que a proibição de partilhar o lanche com os alunos dificulta seu papel de modelo no incentivo ao consumo da alimentação produzida na escola.

Como que eu vou incentivar o meu aluno a receber aquele alimento, se eu não posso me alimentar dele? Eu sou proibida de comer! (coordenadora - GF4)

Nas atividades de promoção da alimentação saudável, o professor, enquanto agente formador desempenha um papel de grande importância, uma vez que é este que se relaciona diária e diretamente com os alunos, promovendo uma interação com estes, suas famílias e com a comunidade. Para que o professor seja de fato um agente transformador do comportamento alimentar dos alunos, é necessário que seja dotado de conhecimentos teóricos sobre alimentação saudável, além de apresentar uma postura consciente quanto a sua atuação na formação dos hábitos alimentares dos alunos¹⁶.

Para além da abordagem educacional focada na transmissão de conhecimentos vinculada ao ensino de ciências, é necessário que a capacitação em educação nutricional seja inserida em um processo contínuo e permanente de formação dos educadores, capaz de oportunizar uma construção coletiva do conhecimento e da cidadania, considerando a cultura e as vivências do aluno¹⁷.

A coordenação e a execução de ações de educação permanente em alimentação e nutrição junto à comunidade escolar é atribuição do nutricionista vinculado ao PNAE¹⁸. Porém é importante ressaltar que a preparação desse profissional em práticas pedagógicas é feita durante a graduação na disciplina de Educação Nutricional, o que geralmente não oportuniza a verticalização nas teorias pedagógicas e metodologias necessárias para a adequada abordagem do tema¹⁹. Diante da importância da temática é imperativo repensar a qualificação do profissional nutricionista para que este seja capaz de atuar na educação básica com as competências e habilidades que se fazem necessárias^{17, 19}.

De nada adianta instituir políticas de promoção da saúde ou de alimentação saudável se os atores responsáveis pela sua implementação não estão suficientemente preparados ou sequer as conhecem em profundidade.

Atuação das Manipuladoras

A falta de capacitações mais frequentes e adequadas à realidade do trabalho da escola e a remuneração inadequada das manipuladoras da alimentação escolar também foram citadas como fatores dificultadores:

Tem dezessete anos que eu 'tô' na merenda, eu acho que quando eu entrei fizeram uma palestra e tudo, depois a gente fez o curso da [empresa]. Foi o único, nunca mais! Já tem o quê? Uns cinco anos [...] (manipuladora de alimentos - GF2)

As manipuladoras da alimentação escolar desempenham um papel importante na promoção da alimentação saudável na escola, seja pela responsabilidade com a produção e distribuição de alimentos em condições sanitárias adequadas, seja pela informalidade com que exercem um papel educativo junto aos alunos, graças ao contato diário e a familiaridade com suas preferências. Para além do conhecimento de senso comum, esse papel poderia ser fortalecido através de uma parceria, na qual as trocas de vivências e saberes pudessem ser contemplados^{20, 21}.

Nessa perspectiva, pensar a inclusão do tema promoção da alimentação saudável seria produzir um conhecimento que envolvesse merendeiras, alunos, professores e pais em um processo que fortalecesse a interface entre a sala de aula, a unidade produtora de alimentação escolar e a vivência de todos.

A desvalorização social desse profissional também se constitui fator desestimulante na execução de suas atividades, sendo caracterizado como “trabalhador semidoméstico desprovido de uma profissão, exercendo papel principal de preparação dos alimentos destinados às crianças”²¹.

Atuação da família

Na percepção do grupo, os pais não interagem com a escola e não contribuem para a formação dos hábitos alimentares saudáveis, pelo contrário, há uma despreocupação com a qualidade da alimentação dos filhos, seja devido à falta de informação, ao trabalho fora de casa e/ou ao pouco tempo disponível para o preparo das refeições. A opção é feita por oferecer salgados de pacote e outros produtos industrializados aos filhos, ou mesmo dinheiro para que eles adquiram o seu lanche próximo à escola.

[...] o próprio pai fala assim: - Não, leva o dinheiro, não vai comer aquela porcaria da escola não! (manipuladora - GF3)

[...] o diretor, o professor chama um pai e às vezes fala algumas coisas que os pais nem conhecem, não tem muita instrução ‘né’, é falta de instrução da família. (mãe de aluno - GF1)

A família é crucial na formação do hábito alimentar das crianças por ser o primeiro sistema social, sendo responsável pela transmissão dos valores, costumes e história²².

O contexto social em que se insere a família moderna determina mudanças na forma como é realizada a alimentação no ambiente doméstico, o que reflete na formação dos hábitos alimentares das crianças. O trabalho dos pais, em especial o da mãe (historicamente responsável pela alimentação da família), a pouca disponibilidade de

tempo para o preparo das refeições e a diminuição na frequência de compartilhamento das refeições em família são condições que fundamentam a opção pela alimentação fora do ambiente doméstico ou mesmo pela aquisição de alimentos industrializados ou de fácil preparo, considerados pouco saudáveis²³.

Somadas a isso, atitudes que desvalorizam a merenda desestimulam o consumo de alimentos saudáveis como frutas e verduras, fortalecendo o hábito alimentar inadequado adquirido em casa.

Diante desse quadro é importante que os pais sejam sensibilizados quanto à importância da formação de hábitos alimentares saudáveis de seus filhos e informados sobre como deve ser uma alimentação saudável e como promovê-la, para que dessa forma se tornem parceiros da escola nesse processo.

Cardápio

Outro fator limitante da promoção da alimentação saudável na escola está relacionado à percepção do grupo quanto à possível inadequação do cardápio elaborado pelo Departamento de Alimentação Escolar (DALE). A fala dos grupos indica que há uma baixa aceitabilidade atribuída ao tipo de preparação, considerada ‘comida’ por conter arroz, carne, vegetais e feijão, servida em horário em que esse tipo de preparação não é usual. Além disso, os grupos criticam o cardápio por sua monotonia e concentração de carboidratos, questionando seu atributo de alimento saudável.

Destaca-se na fala de um dos participantes a importância de se considerar a realidade de cada escola no planejamento dos cardápios, pois nem todas as escolas têm alunos carentes que necessitam de uma refeição completa em substituição ao que tem em casa.

Acho que tinha que ter uma pesquisa: tem uma região que tem uma aceitação e que precisa desse tipo de lanche, outra região não precisa. (coordenadora - GF4)

A monotonia do cardápio e a rejeição às preparações servidas fora do contexto cultural como fatores desestimulantes do consumo da alimentação escolar também foram citados por Voorpostel e Bezerra^{24,25}.

Na percepção do grupo a falta de identificação dos estudantes com a forma como as refeições são estruturadas e servidas pode interferir na aceitação e consumo da alimentação escolar, ou seja, os alimentos pouco aceitos são aqueles que não correspondem às formas de preparo, sabor ou formas de consumo referenciadas culturalmente.

Essa observação traduz o contido na Portaria nº 1.010/06, que sugere adequar a oferta de preparações do cardápio às preferências e à realidade sociocultural da clientela, visando a estimular práticas saudáveis baseadas em hábitos regionais⁷.

Segundo Poulain²², os hábitos alimentares envolvem rituais que permeiam o ato alimentar dos grupos sociais, definindo os tipos de refeições, a jornada alimentar, modalidades de consumo, localização das refeições e o desrespeito a essas regras podem interferir na aceitação das preparações.

A percepção de que as preparações servidas devam variar conforme a situação socioeconômica da clientela reflete uma visão assistencialista de que a alimentação escolar, na forma como é oferecida, é destinada a alunos carentes que não dispõem de alimentação adequada em casa. Isso reflete o desconhecimento sobre os objetivos do PNAE no que diz respeito ao suprimento das necessidades durante o período letivo, havendo a necessidade de discutir mais profundamente com a comunidade escolar sobre a finalidade e diretrizes do programa.

Infraestrutura e gestão

Na fala do grupo se observa um conjunto de informações que remetem a deficiências na infraestrutura e na gestão, que terminam por dificultar ainda mais o processo de produção de uma alimentação saudável na escola. Para exemplificar citam a falta de planejamento nas entregas e de acesso independente ao depósito, que cria uma situação indesejada de trânsito de fornecedores pela cozinha no momento do preparo ou distribuição das refeições; a baixa qualidade dos gêneros entregues pelos fornecedores, o que gera desperdício e diminuição na disponibilidade para o aluno; a inadequação da estrutura física das cozinhas, que na sua maioria são pequenas, abafadas e não dispõem de equipamentos e espaço para armazenar os gêneros na quantidade em que são entregues, gerando desperdício; a escassez e inadequação de utensílios utilizados no

preparo e distribuição das refeições e a falta de espaço destinado ao refeitório, aumentando o risco de acidentes ou mesmo de contaminação da alimentação.

A gente vê que vem lá a lista comprando o material como se fosse verdura de primeira pelo preço tal, porque não chega de qualidade, gente, nem fruta. Não chega mesmo! (manipuladora de alimentos - GF2)

[...] o alimento ‘tá’ pronto, a nossa escola não tem refeitório e a criança anda com aquele lanche, passa naquele pátio com uma mata cheio de passarinho voando, ‘coisando’. Até que chega lá em cima, às vezes, as crianças ‘deixa’ o prato cair, volta ‘pra’ trás de novo e vira aquela confusão. (manipuladora de alimentos - GF2)

Essa inadequação estrutural das cozinhas escolares é citada por Nunes²⁰ como resultado da metamorfose da alimentação escolar, que inicialmente era constituída por lanches rápidos que utilizavam produtos industrializados semi-prontos, enquanto atualmente, constitui-se de uma refeição diversificada com utilização de produtos *in natura* que necessitam de áreas de preparo e de armazenamento maiores e melhor planejadas.

Os locais de produção e fornecimento de refeições devem adotar procedimentos que visem à segurança sanitária dos alimentos oferecidos aos escolares. Logo, é importante que as boas práticas de fabricação de alimentos sejam aplicadas nesses locais e que se criem condições para adequação dos espaços e de seus procedimentos à legislação vigente⁷.

A preocupação do grupo quanto ao desperdício de alimentos, decorrente da falta de qualidade dos produtos entregues pelos fornecedores reflete a percepção quanto ao risco de insegurança alimentar e nutricional dos alunos, além da indignação quanto ao superfaturamento dos produtos licitados. Diante do exposto, cabe à gestão do PNAE fazer cumprir os dispositivos legais definidos na Resolução 38 do FNDE que trata do

controle de qualidade da alimentação escolar e ao Conselho de Alimentação Escolar fiscalizar os recursos do programa e fazer cumprir os princípios e diretrizes do PNAE⁶.

Mídia e Propaganda

Outros fatores de influência nos hábitos alimentares dos estudantes são a mídia e a propaganda, por valorizarem alimentos industrializados tais como os salgados de pacote:

[...] mas pra criança, apela pra desenho e propaganda. As propagandas são coloridas doce, bala, skinny, e por aí vai ‘né’?” (manipuladora de alimentos - GF1)

E quando criança vai ganhar um presentinho é sempre um pacote de skyni, ou uma pitchulinha” (professora -GF1)

Na percepção do grupo, o consumo desse tipo de produto promove uma identificação simbólica com grupos socialmente privilegiados, além de corresponder ao estilo alimentar próprio da faixa etária, de forma semelhante ao verificado em um estudo conduzido por Mintz²⁶. Poulain²² afirma que essas escolhas são socialmente determinadas e estão relacionadas à diferenciação social e à temporalidade alimentar.

Pesquisa conduzida por Almeida et al.²⁷ sobre quantidade e qualidade de produtos alimentícios anunciados na televisão concluiu que a maioria dos produtos veiculados em propagandas televisivas continha altos teores de gordura, açúcar ou sal e que poderiam contribuir para uma mudança negativa do hábito alimentar de crianças e jovens. Apesar disso, estes produtos são vendidos com uma imagem de modernidade e de cultura globalizada²⁸.

Buscando regulamentar a propaganda de alimentos voltada ao público infantil e diminuir a influência desta sobre o consumo alimentar, encontra-se em tramitação no Senado Federal o Projeto de Lei 150/2009 em que se estabelecem parâmetros para identificação de alimentos ricos em gordura, açúcar e sal, para inclusão de advertências após veiculação das propagandas desses produtos, restrição da utilização de figuras,

desenhos e personalidades, restrições de horário de veiculação, informações sobre valor nutricional do alimento, restrição de publicidade em instituições de ensino e associação com brindes, prêmios ou bonificações. Tal iniciativa deve contribuir muito com a concretização do direito humano a alimentação adequada, associado a outras iniciativas de cunho educativo que permitam a crianças e pais posicionarem-se criticamente diante de informações veiculadas nos meios de comunicação.

Cultura

A dificuldade em promover alimentação saudável reside em especial no fato da mesma ser considerada pouco atraente. Percebe-se na fala dos grupos uma distinção entre o que eles consideram como alimento gostoso/que dá prazer e aquele saudável/que nutre. Segundo Fischler²⁹ dois tipos de coação estão presentes no comportamento alimentar: a coação biológica, relacionada às várias escolhas que o indivíduo faz buscando nutrir-se; e a coação cognitiva determinada pelas crenças, representações, símbolos e sentimentos.

O ato de alimentar-se é considerado como um ato social e não como questão de saúde, e por essa razão, muitas vezes opta-se por consumir alimentos considerados mais gostosos, segundo sua preferência, ao invés daqueles tidos como saudáveis. Apesar dos conhecimentos sobre alimentação saudável serem bastante disseminados, percebe-se certa dificuldade na aplicação deste conceito no cotidiano. O grupo conclui, assim, que antes de tentar convencer os outros a mudar os hábitos, eles mesmos devem adotar hábitos alimentares mais saudáveis.

[...] mas fazer, aí é uma distância grande. Todo mundo sabe que comer muita gordura faz mal, mas tem gente que come porque é gostoso. Todo mundo no geral sabe separar o que é saudável e o que não é, a prática é que é complicado. (professor - GF1)

Eu como porque é gostoso e não porque me faz bem, porque todo mundo come. Eu vejo [alguém] comendo, eu vou numa festa, eu vou comer, 'né' ? (professora - GF3)

Ninguém lembra, assim: - Vamos comer alguma coisa que faz bem pra saúde, não[...] - Vamos comer uma coisa gostosa!
(manipuladora de alimentos - GF3)

Para Poulain²², as relações entre o biológico e o social são marcadas por interações, não sendo possível definir os limites de um e de outro. Porém é possível identificar que mesmo que a dimensão da saúde esteja presente nas falas, as representações relativas ao prazer, ao sabor, a identidade social e as dimensões simbólicas parecem ter maior peso nas escolhas alimentares do grupo.

A interferência do hábito alimentar no estado de saúde dos indivíduos tem provocado mudanças na relação do indivíduo com os alimentos²⁹. A percepção do risco no consumo de determinados tipos de alimentos é acompanhada pela valorização do estilo de vida saudável e dos cuidados com a saúde em detrimento do prazer ao alimentar-se²⁹. Essa condição provoca conflitos e mudanças no comportamento alimentar que ora é determinado pela preocupação em relação à saúde, ora pelo prazer²⁹.

Nesta perspectiva, medidas que incentivem a promoção da alimentação saudável favorecem a mudança dos paradigmas construídos ao longo do tempo, promovendo a redução do consumo de alimentos pouco saudáveis porém, respeitando a identidade cultural e alimentar dos indivíduos³⁰.

CONCLUSÃO

Com base nas informações deste estudo é possível concluir que as políticas de promoção da alimentação saudável na escola não são convenientemente executadas, sendo identificados fatores dificultadores neste processo. Emerge das falas a necessidade de capacitação dos membros da comunidade escolar, para que de fato fomentem, na escola, ações promotoras da alimentação saudável como preconizado pelas políticas.

Entre os professores evidencia-se a necessidade de uma formação que contemple conhecimentos teóricos sobre alimentação saudável, além do apoio de material didático pertinente, em um processo permanente e fundamentado em teoria pedagógica significativa. Ademais, é necessário que toda a comunidade escolar seja sensibilizada

quanto ao papel das manipuladoras de alimentos como agentes de promoção da alimentação saudável, permitindo sua integração à equipe e participação na construção do projeto pedagógico da escola. Esse processo deve estender-se aos pais, promovendo uma interação e sensibilização quanto ao seu papel na formação dos hábitos alimentares da família.

A fraca sintonia do componente cultural nas preparações do cardápio, assim como com o horário em que são servidas é apontado pelo grupo como fator que interfere na aceitação da alimentação escolar. Para superar esse problema é importante adequar a oferta das preparações às preferências e à realidade sócio-cultural da clientela.

A percepção do grupo sobre o conflito entre o alimento gostoso e aquele considerado saudável, enfatiza a necessidade de utilizar metodologias capazes de sensibilizar todos os atores da escola com relação à alimentação saudável enquanto condicionante da saúde, numa perspectiva que envolva não só os aspectos biológicos, mas também sociais e culturais.

REFERÊNCIAS

1. Buss PM. Promoção de saúde e qualidade de vida. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2000; 5(1):163-177.
2. Brasil, Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. As cartas da promoção da Saúde. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2002.
3. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Escolas Promotoras de Saúde: iniciativa regional. Estratégias e linhas de ação 2003-2012. Washington (DC): OPAS; 2006.
4. Brasil, Ministério da Saúde, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Relatório da oficina para promoção da alimentação saudável nas escolas. Brasília (DF). 2006.
5. Iuliano BA. Atividades para promoção da alimentação saudável em escolas de ensino fundamental do município de Guarulhos – SP [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública; 2008. 130p.

6. Brasil, Ministério da Educação. Resolução/CD/FNDE no. 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília-DF, 2009. [citado 2009 set 12]. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2009/res038_16072009.pdf.
7. Brasil. Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável na escolas de educação infantil, fundamental e nível médio nas redes públicas e privadas , em âmbito nacional. Diário Oficial da União, 2006 9 maio; Seção 1:70.
8. Domene SMA. A escola como ambiente de promoção da saúde e educação nutricional. Psicologia USP. 2008;19 (4): 505-17.
9. Prefeitura de Goiânia, Secretaria Municipal de Saúde, Departamento de Rede Básica, Divisão de Doenças Crônicas Degenerativas não Transmissíveis, Distrito Sanitário Leste. Projeto Viver Saudável. Goiânia; 2006.
10. Brasil, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Saúde na Escola. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2009.
11. Prefeitura de Goiânia, Secretaria Municipal de Saúde, Departamento de Saúde Bucal. Programa de Escovação Dental Supervisionada Diária com Creme Dental Fluoretado. Goiânia; 2008.
12. Morgan DL. Focus groups as qualitative research. 2ª ed. California (USA): SAGE; 1997.80p.
13. Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa (PT): Edições 70; 2009.281p.
14. Deslandes SF, Gomes R, Minayo MCS. Pesquisa social. Petrópolis: Vozes; 2008. 108p.
15. Bernardon R, Silva JRM, Cardoso GT, Monteiro RA, Amorim NFA, Schmitz BAS et al. Construção de metodologia de capacitação em alimentação e nutrição para educadores. Rev Nutr. 2009;22(3); 389-398.
16. Cabral HCO. A educação alimentar e nutricional nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública municipal de Rio Verde – GO [dissertação]. [Goiânia]: Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação; 2008.111p.

17. Bizzo MLG, Leder L. Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. *Rev Nutr.* 2005; 18(5): 661-7.
18. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução CFN no. 465/2010. Dispõe sobre as atribuições do nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE). Brasília – DF, 2010.
19. Santos LAS. Educação Alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. *Rev Nutr.* 2005; 18(5): 681-692.
20. Nunes BO. O sentido do trabalho para merendeiras e serventes em situação de readaptação nas escolas públicas do Rio de Janeiro [dissertação]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz; 2000. 161p.
21. Carvalho AT, Muniz VM, Gomes JF, Samico I. Programa de alimentação escolar no município de João Pessoa – PB, Brasil: as merendeiras em foco. *Interface.* 2008; 12(27): 823-834.
22. Poulain J-P. *Manger aujourd'hui: attitudes, normes et pratiques.* Toulouse: Privat; 2008. 235p.
23. Pinheiro ARO. A alimentação saudável e a promoção da saúde no contexto da segurança alimentar e nutricional. *Saúde em Debate.* 2005;29(70): 125-139.
24. Voorpostel CR. Percepções de professores e funcionários de escola rural sobre alimentação [dissertação]. [Campinas]: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas; 2007.184p.
25. Bezerra JAB. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. *Rev Bras Educ.* 2009; 14(40):103-115.
26. Mintz SW. Comida e antropologia: uma breve reflexão. *RBCS.* 2001; 16(47): 31-41
27. Almeida SS, Nascimento PCBD, Quaioti TCB. Quantidade e qualidade de produtos alimentícios anunciados na televisão brasileira. *Rev Saúde Pública.* 2002; 36(3): 353-5
28. Fiates GMR, Amboni RDMC, Teixeira E. Comportamento consumidor, hábitos alimentares e consumo de televisão por escolares de Florianópolis. *Rev Nutr.* 2008; 21(1): 105-114.

29. Fischler C. *L'Homnivore: le goût, la cuisine et le corps*. Paris: Odile Jacob; 2001. 440p.
30. Brasil. Portaria no. 710, de 10 de junho de 1999. Aprova a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 14 (11 jun. 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise compreensiva das falas dos grupos permitiu a construção de um perfil da inclusão das políticas que promovem a alimentação no espaço escolar.

A busca dos significados de alimentação saudável para o grupo evidenciou que a comunidade escolar, apesar de destacar aspectos positivos da alimentação saudável, tais como a variedade, harmonia, adequação e segurança alimentar, ainda têm um olhar biologicista, voltado à satisfação das necessidades nutricionais e à manutenção da saúde, desvinculado das dimensões do social e do prazer.

Por outro lado, quando a alimentação saudável é localizada no espaço escolar invoca a conquista de um direito, garantido com a regularidade da oferta, variedade, qualidade e a garantia de segurança alimentar e nutricional, porém é possível perceber o paradigma da política compensatória, evidenciado pela sua associação com a diminuição da evasão escolar. Esta compreensão assistencialista equivocada, que concebe a alimentação escolar como forma de atrair e manter o aluno na escola por satisfazer a sua fome, está desarticulada dos objetivos do PNAE, hoje direcionados a contribuir com o crescimento e desenvolvimento, aprendizagem, rendimento escolar e a promoção de hábitos alimentares saudáveis.

As atividades promotoras da alimentação saudável desenvolvidas na escola, planejadas ou não, mostram-se monótonas, restritas à sala de aula, como parte de um currículo que não faz interlocução transversal entre as disciplinas. A tentativa de incentivar o consumo e aumentar a aceitabilidade da alimentação escolar, em que pese seu caráter meritório, por valorizar a culinária regional e as preferências dos alunos, pecam por comprometer o valor nutricional das preparações, o que está em desacordo com o preconizado pelo programa.

Destaca-se o fato de que mesmo escolas com tradição em projetos de promoção da saúde, as iniciativas com vistas a trazer o tema para o cotidiano das crianças são tímidas e pouco colaboram para alcançar esse objetivo.

Ao buscar identificar os fatores que interferem nesse processo, emergiram como facilitadores o envolvimento do coordenador como motivador da equipe no desenvolvimento de projetos, o cuidado com a segurança sanitária no preparo e a variedade de gêneros disponíveis, a parceria com a equipe de Estratégia Saúde da Família que atua em atividades educativas junto às crianças e à família e o papel dos alunos como multiplicadores dos conhecimentos apreendidos na escola.

Porém, vários fatores interferem negativamente na adoção de estratégias promotoras da alimentação saudável, dentre os quais destacamos a falta de formação do professor na abordagem do tema, falta de capacitações das manipuladoras de forma frequente e adequadas à realidade da escola, a inadequação do cardápio da alimentação escolar às preferências e hábitos alimentares regionais, o que aumenta a rejeição desta, falta de informação e de interação dos pais com a escola, papel da mídia influenciando o hábito alimentar dos estudantes, inadequações estruturais e administrativas que constituem risco à sanidade dos alimentos produzidos e a percepção do grupo quanto à alimentação saudável como pouco saborosa.

Diante dessas evidências, concluímos que as políticas de promoção da alimentação saudável na escola não são aplicadas em sua plenitude. Fica patente a necessidade de sensibilizar a comunidade escolar quanto à importância dessas políticas e do papel que cada membro desempenha nesse processo. É importante destacar a necessidade de integração dos profissionais docentes e não docentes na construção coletiva de um projeto pedagógico onde a inclusão transversal do tema nos currículos seja contemplada e que proporcione uma aprendizagem significativa possibilitando escolhas alimentares saudáveis.

Devem ser fomentadas discussões junto à comunidade escolar procurando identificar os fatores que influenciam nas práticas alimentares,

como valores, mitos, tabus e crenças e tentar romper com os paradigmas que interferem na adoção de práticas saudáveis.

Os projetos de promoção de saúde desenvolvidos no ambiente escolar devem reavaliar suas propostas e estratégias, buscando interagir mais com as escolas, identificando suas reais demandas, motivando o coletivo escolar na construção de um projeto de promoção da alimentação saudável e intermediando saberes por meio de metodologias ativas e participativas que sensibilizem os atores da escola com relação à alimentação enquanto condicionante de saúde atual e futura.

A parceria com a Saúde deve ser fortalecida, com destaque para a integração da escola com a Estratégia Saúde da Família dada sua importância na promoção da saúde e prevenção de doenças por meio de atividades de educação em saúde, educação permanente e nas ações intersetoriais articuladas previstas nas políticas da Saúde e da Educação que visam a tomada de decisões sobre ações em nível individual e coletivo na comunidade da área adscrita.

O cardápio escolar deve considerar preparações que valorizem a cultura regional e as preferências da clientela atendida. Para isso é importante criar situações que permitam o estabelecimento de diálogo contínuo entre quem planeja os cardápios, quem prepara e os beneficiários desse serviço garantindo a sua co-responsabilização na construção da alimentação escolar.

É oportuna a discussão sobre os caminhos percorridos e a percorrer pelo PNAE uma vez que várias políticas estão sendo implementadas baseadas no perfil atual e futuro de saúde da população, na mudança de modelo de atenção à saúde e de ensino aprendizagem, no fomento à participação social e na garantia da segurança alimentar e nutricional e consequentemente do direito humano à alimentação adequada, exigindo adequação à nova realidade.

O nutricionista além de ser o responsável pela elaboração do cardápio ainda deve coordenar e executar as ações de educação permanente em alimentação e nutrição, sendo indispensável que ele domine teorias pedagógicas e metodologias adequadas para intermediar os saberes. Dessa

forma, é importante repensar a formação do nutricionista principalmente no que diz respeito às metodologias de ensino-aprendizagem utilizadas em educação alimentar e nutricional.

A formação dos professores também deve ser repensada sendo necessário fornecer subsídios para o seu trabalho educativo junto aos alunos e para sua própria construção do significado de alimentação saudável, considerando a multidimensionalidade do ato alimentar e rompendo com a visão sectária de necessidade fisiológica.

Da mesma forma as manipuladoras devem passar por programas de educação permanente que as capacitem a produzir uma alimentação segura, saudável, socialmente referenciada, assim como aproveitar a alimentação escolar como espaço de aprendizagem, utilizando-se de estratégias e ações integradas ao projeto pedagógico como membro da equipe educativa. Esse objetivo só pode ser alcançado a partir da integração de todos os envolvidos com a alimentação escolar numa gestão democrática que reconheça cada membro da comunidade, seja ele professor, manipulador de alimentos, pai ou responsável, aluno, coordenador, diretor, conselheiro escolar ou assistente administrativo como partícipes nessa construção coletiva.

Diante das inadequações estruturais e administrativas identificadas é importante que a gestão do PNAE faça cumprir os dispositivos legais que garantem a qualidade da alimentação escolar, promovendo adequações estruturais no ambiente de produção e de distribuição das refeições, e garantir a qualidade dos gêneros fornecidos. Além disso, o Conselho de Alimentação Escolar deve ser acionado para desempenhar suas funções de fiscalizador dos recursos do programa e fazer cumprir os princípios e diretrizes do PNAE.

Para além do nível local, é importante que os responsáveis pela elaboração das políticas proporcionem condições adequadas para que as instituições de ensino possam desenvolver as ações propostas.

Como podemos perceber vários são os percalços a ser superados, entretanto entendemos ser possível efetivar as ações de promoção da alimentação saudável propostas nas políticas, desde que haja o preparo e

comprometimento da comunidade escolar e de outros setores na proposição e na execução das ações em nível escolar.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de Diagnóstico

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO E SAÚDE**

**Projeto Alimentação Saudável na Escola: uma construção coletiva
Roteiro de Diagnóstico**

Data: ____/____/____
Nome da Escola: _____
Endereço: _____
Horário de funcionamento: _____
Nome do Diretor(a) _____
Nome dos coordenadores: _____
Turno Matutino: _____
Turno Vespertino: _____
Turno Noturno: _____
Nível sócioeconômico da população atendida: _____
Número de Alunos: Total: _____
Por turnos: _____
Por ciclos: 1º. Ciclo: _____ 2º. Ciclo: _____ 3º. Ciclo: _____

Diretor/coordenador

Quais são as diretrizes da SME para a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar?

Existem atividades de promoção da alimentação saudável previstas no PPP da escola?

Como vocês avaliam a participação dos representantes do conselho escolar nas atividades propostas pela escola?

Os pais frequentam as reuniões pedagógicas?

A escola está integrada a algum Projeto de Promoção da Saúde? Qual?

Existe alguma integração com equipes de saúde da região? Se afirmativo, qual(is)?

Professores

Grau de instrução dos professores: _____

Os professores foram capacitados para trabalhar com o tema Saúde na escola neste último ano? Se sim, enumere quais foram as capacitações realizadas.

Existe algum material didático de referência para abordagem deste tema com os alunos?

Como o tema alimentação é trabalhado (abordado) nas disciplinas?

Manipuladoras da Alimentação Escolar

Quantas manipuladoras de alimentos trabalham na escola (por turnos)?

As manipuladoras passam por capacitações periódicas promovidas pelo DALE?

O cardápio é seguido conforme proposto pelo DALE ou é elaborado na unidade?

Já foi feita alguma pesquisa para verificar a aceitação da alimentação oferecida? () Sim
() Não Se sim, qual o resultado encontrado?

APÊNDICE B - Roteiro do Grupo Focal

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS FACULDADE DE NUTRIÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO E SAÚDE

Projeto Alimentação Saudável na Escola: uma construção coletiva Roteiro do Grupo Focal

Data: ____/____/____

Sub-grupo ()GF1 ()GF2 ()GF3 ()GF4

- O que vocês entendem por alimentação saudável? E na escola?
(identificar a concepção de alimentação saudável e no espaço escolar como ela é entendida, se difere de alguma forma)

- Existe alguma atividade desenvolvida na escola que seja promotora de hábitos alimentares saudáveis ou que estimule escolhas alimentares saudáveis? Quais?
(Essas atividades são planejadas por quem? E executadas por quem?)
(Essas atividades são incluídas no Projeto Político Pedagógico da escola?)
(Ações desenvolvidas em sala de aula pelos professores ou algum tipo de preocupação das manipuladoras em diminuir utilização de preparações gordurosas, salgadas, enriquecer cardápio ou torna-lo mais atrativo; construção de hortas na escola com consequente aumento de legumes e verduras nas preparações; evitar propaganda de alimentos pouco saudáveis; feiras de ciências; monitoramento do estado nutricional dos escolares).

- Quais fatores são facilitadores (que tornaram possível a realização das ações propostas)? E quais são dificultadores (dificultam a execução do trabalho)?
(Observar disponibilidade de referencial teórico, preparo dos participantes no trabalho do tema, recursos áudio-visuais, papel dos pais, apoio da direção).

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Projeto Alimentação Saudável na Escola: uma construção coletiva

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Meu nome é *Aída Bruna Q. Camozzi*, sou a pesquisadora responsável, e minha área de atuação é em segurança alimentar e nutricional.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é minha, como pesquisadora responsável.

Informações sobre a pesquisa

Título da Pesquisa: Alimentação saudável na escola: uma construção coletiva

Pesquisadora: Aída Bruna Quilici Camozzi

Orientadora: Estelamaris Tronco Monego

Co-orientadora: Ida Helena F. Menezes.

Esta pesquisa tem por objetivo identificar a sua compreensão sobre a alimentação saudável e conhecer as ações voltadas à promoção da alimentação saudável desenvolvidas na escola. Para tanto, fizemos inicialmente um diagnóstico de sua escola para posteriormente conversarmos com um grupo de pessoas dela. Assim, gostaríamos de contar com a sua participação no grupo focal, o qual discutirá esse tema.

O grupo será composto por aproximadamente 14 pessoas, mais o facilitador e dois observadores. O tempo de duração da nossa conversa é de mais ou menos 2 horas. As falas do grupo serão gravadas e depois transcritas para o papel. Na pesquisa o seu nome não será revelado para preservar a sua identidade.

A sua participação é voluntária e as informações e opiniões fornecidas serão mantidas em sigilo e não lhe causarão nenhum dano. No início da atividade faremos um contrato oral para manter a confidencialidade do grupo.

O desconforto que você poderá sentir ao participar da pesquisa é o de compartilhar informações pessoais ou confidenciais, podendo se sentir incomodado em falar. Você não precisa responder a qualquer pergunta se sentir que ela é muito pessoal ou sentir desconforto em falar.

Esta pesquisa trará resultados para a sua prática profissional no que se refere às ações relacionadas à alimentação saudável na escola, bem como a aquisição de conhecimentos para seu benefício próprio.

Os resultados da pesquisa serão apresentados em eventos e publicações científicas, sendo divulgada apenas a análise dos dados.

Gostaríamos de ressaltar que esta pesquisa envolve risco mínimo à integridade física ou moral dos participantes do grupo de estudo. Não será oferecido nenhum auxílio financeiro por parte dos pesquisadores ou do pesquisado.

Esclarecemos que você tem a liberdade de recusar a participar desta pesquisa ou mesmo de desistir a qualquer momento sem penalização ou prejuízo pessoal.

Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, Aída Bruna Q. Camozzi, nos telefones (62) 3941 2900, (62) 8118 8186 (inclusive ligações a cobrar).

Em casos de dúvidas sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, pelos telefones: (62) 3521 1075 ou 3521 1076.

Aída Bruna Quilici Camozzi

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA
PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA**

Eu, _____, RG/ CPF/_____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “Alimentação saudável na escola: uma construção coletiva”, como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Aída Bruna Q. Camozzi sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade.

Local e data: _____

Nome e Assinatura do sujeito: _____

ANEXOS

ANEXO 1 – Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE
DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA
COORDENAÇÃO GERAL DA POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas

Os “Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas” foram elaborados com o objetivo de propiciar a adesão da comunidade escolar a hábitos alimentares saudáveis e atitudes de auto cuidado e promoção da saúde. Consistem num conjunto de estratégias que devem ser implementadas de maneira complementar entre si, sem necessidade de seguir uma ordem, permitindo a formulação de ações/atividades de acordo com a realidade de cada local.

1º passo – A escola deve definir estratégias, em conjunto com a comunidade escolar, para favorecer escolhas saudáveis.

2º Passo – Reforçar a abordagem da promoção da saúde e da alimentação saudável nas atividades curriculares da escola.

3º Passo – Desenvolver estratégias de informação às famílias dos alunos para a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, enfatizando sua co-responsabilidade e a importância de sua participação neste processo.

4º Passo – Sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com alimentação na escola para produzir e oferecer alimentos mais saudáveis, adequando os locais de produção e fornecimento de refeições às boas práticas para serviços de alimentação e garantindo a oferta de água potável.

5º Passo – Restringir a oferta, a promoção comercial e a venda de alimentos ricos em gorduras, açúcares e sal.

6º Passo – Desenvolver opções de alimentos e refeições saudáveis na escola.

7º Passo – Aumentar a oferta e promover o consumo de frutas, legumes e verduras, com ênfase nos alimentos regionais.

8º Passo - Auxiliar os serviços de alimentação da escola na divulgação de opções saudáveis por meio de estratégias que estimulem essas escolhas.

9º Passo – Divulgar a experiência da alimentação saudável para outras escolas, trocando informações e vivências.

10º Passo – Desenvolver um programa contínuo de promoção de hábitos alimentares saudáveis, considerando o monitoramento do estado nutricional dos escolares, com ênfase em ações de diagnóstico, prevenção e controle dos distúrbios nutricionais.

ANEXO 2 – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa/ UFG



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



Goiânia, 23/11/2009

PARECER CONSUBSTANCIADO REFERENTE AO PROJETO DE PESQUISA, PROTOCOLADO NESTE COMITÊ SOB O Nº: 163/09

I – Identificação

- Título do projeto:
Alimentação saudável na escola: uma construção coletiva
- Pesquisador Responsável:
Aída Bruna Q. Camozzi
- Orientador (quando necessário):
Profª Drª Estelamaris Tronco Monego
- Instituição onde será realizado o estudo:
Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Goiás
- Data de apresentação ao CEP/UFG: 28/09/2009
- Área Temática: Ciências da Saúde – Nutrição (4.05)

II – Estrutura do Protocolo (verificação dos documentos solicitados)

O protocolo apresenta todos os documentos exigidos pela Resolução CNS 196/96.

III – Projeto de pesquisa

A pesquisa tem como objetivo conhecer e analisar os significados e as ações de promoção da alimentação saudável na comunidade escolar. Trata-se de um estudo descritivo exploratório que utilizará a abordagem qualitativa no tratamento e análise dos dados. Será desenvolvido junto aos representantes da comunidade escolar de seis escolas municipais de Goiânia (diretoras, coordenadoras, professores, manipuladores de alimentos, pais, representante do Conselho de Alimentação escolar e Nutricionista do Departamento de Alimentação Escolar). A coleta dos dados será realizada em dois momentos: no primeiro momento será feita a caracterização das escolas através da utilização de roteiro estruturado; no segundo momento os dados serão

coletados por meio do método do grupo focal utilizando um roteiro com perguntas semi-estruturadas e abertas enfocando a percepção do grupo sobre alimentação saudável, sobre sua aplicação no ambiente escolar, as atividades desenvolvidas junto aos escolares e sobre os fatores considerados facilitadores e dificultadores da prática. As escolas serão agrupadas duas a duas, conforme a proximidade geográfica e cada grupo será constituído de no máximo 14 pessoas escolhidas como representantes da comunidade escolar por seus pares. Os sujeitos serão convidados a participar através de contato prévio na escola quando também serão definidos a data, horário e local da atividade. A duração da atividade será de no máximo duas horas e se o assunto não for totalmente esgotado será agendada uma nova reunião. O grupo de trabalho será capacitado na utilização do método através de oficinas e de grupo focal piloto. Os instrumentos serão validados por um grupo de juízes, especialistas que farão sua revisão bem como do roteiro de atividade, considerando a sua pertinência em relação aos objetivos. A análise dos dados se dará pela Análise de Conteúdo Temática proposta por Bardin. Na metodologia são descritos os critérios de inclusão e exclusão dos sujeitos, a garantia de confidencialidade e privacidade dos sujeitos envolvidos, os critérios de suspensão ou encerramento da pesquisa, a garantia de não penalização dos sujeitos por se recusar a participar da pesquisa, os riscos possíveis e benefícios de participação no estudo, o momento e as circunstâncias de obtenção do TCLE, assim como as estratégias e garantia de divulgação dos resultados sejam eles favoráveis ou não.

IV – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O TCLE foi elaborado com uma linguagem objetiva e acessível facilitando sua compreensão pelos participantes a serem avaliados. Apresenta os objetivos da pesquisa, os critérios de inclusão e exclusão dos participantes, os benefícios e todos os aspectos frente aos procedimentos a serem utilizados na pesquisa, a ausência de riscos, a garantia de sigilo e privacidade e a liberdade de recusa dos sujeitos em participar independente da fase da pesquisa, conforme solicitado na Resolução CNS 196/96, item IV.

V– Parecer do CEP

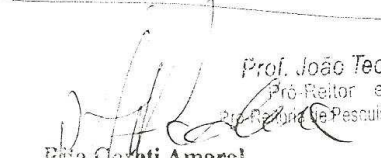
- Protocolo Aprovado.

Obs.: Observar datas de entrega dos relatórios parciais e final.

VI – Data da reunião: 23/11/2009

Assinatura do(a) relator(a):

Assinatura do(a) Coordenador(a)/ CEP/UFG:


Prof. João Teodoro Pádua
Pró-Reitor em exercício
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Rita Corêti Amaral
Coordenadora do CEP/PRPPG/UFG

ANEXO 3 – Normas de Publicação dos Cadernos de Saúde Pública

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

- [Escopo e política](#)
- [Forma e preparação de manuscritos](#)

Escopo e política

Cadernos de Saúde Pública/Reports in Public Health (CSP) publica artigos originais com elevado mérito científico que contribuam ao estudo da saúde pública em geral e disciplinas afins.

Forma e preparação de manuscritos

Recomendamos aos autores a leitura atenta das instruções abaixo antes de submeterem seus artigos a Cadernos de Saúde Pública.

1. CSP aceita trabalhos para as seguintes seções:

- 1.1 Revisão** - revisão crítica da literatura sobre temas pertinentes à saúde pública (máximo de 8.000 palavras e 5 ilustrações);
- 1.2 Artigos** - resultado de pesquisa de natureza empírica, experimental ou conceitual (máximo de 6.000 palavras e 5 ilustrações);
- 1.3 Notas** - nota prévia, relatando resultados parciais ou preliminares de pesquisa (máximo de 1.700 palavras e 3 ilustrações);
- 1.4 Resenhas** - resenha crítica de livro relacionado ao campo temático de CSP, publicado nos últimos dois anos (máximo de 1.200 palavras);
- 1.5 Cartas** - crítica a artigo publicado em fascículo anterior de CSP (máximo de 1.200 palavras e 1 ilustração);
- 1.6 Debate** - artigo teórico que se faz acompanhar de cartas críticas assinadas por autores de diferentes instituições, convidados pelo Editor, seguidas de resposta do autor do artigo principal (máximo de 6.000 palavras e 5 ilustrações);
- 1.7 Fórum** - seção destinada à publicação de 2 a 3 artigos coordenados entre si, de diferentes autores, e versando sobre tema de interesse atual (máximo de 12.000 palavras no total). Os interessados em submeter trabalhos para essa seção devem consultar o Conselho Editorial.

2. Normas para envio de artigos

- 2.1** CSP publica somente artigos inéditos e originais, e que não estejam em avaliação em

nenhum outro periódico simultaneamente. Os autores devem declarar essas condições no processo de submissão. Caso seja identificada a publicação ou submissão simultânea em outro periódico o artigo será desconsiderado. A submissão simultânea de um artigo científico a mais de um periódico constitui grave falta de ética do autor.

2.2 Serão aceitas contribuições em português, espanhol ou inglês.

2.3 Notas de rodapé e anexos não serão aceitos.

2.4 A contagem de palavras inclui o corpo do texto e as referências bibliográficas, conforme item 12.13.

3. Publicação de ensaios clínicos

3.1 Artigos que apresentem resultados parciais ou integrais de ensaios clínicos devem obrigatoriamente ser acompanhados do número e entidade de registro do ensaio clínico.

3.2 Essa exigência está de acordo com a recomendação da BIREME/OPAS/OMS sobre o Registro de Ensaios Clínicos a serem publicados a partir de orientações da Organização Mundial da Saúde - OMS, do International Committee of Medical Journal Editors (www.icmje.org) e do Workshop ICTPR.

3.3 As entidades que registram ensaios clínicos segundo os critérios do ICMJE são:

- a) [Australian New Zealand Clinical Trials Registry \(ANZCTR\)](http://www.anzctr.nz.gov.au)
- b) ClinicalTrials.gov
- c) [International Standard Randomised Controlled Trial Number \(ISRCTN\)](http://www.isrctn.com)
- d) [Nederlands Trial Register \(NTR\)](http://www.trialregister.nl)
- e) [UMIN Clinical Trials Registry \(UMIN-CTR\)](http://www.umin.ac.jp/ctr)
- f) [WHO International Clinical Trials Registry Platform \(ICTRP\)](http://www.who.int/ictpr)

4. Fontes de financiamento

4.1 Os autores devem declarar todas as fontes de financiamento ou suporte, institucional ou privado, para a realização do estudo.

4.2 Fornecedores de materiais ou equipamentos, gratuitos ou com descontos, também devem ser descritos como fontes de financiamento, incluindo a origem (cidade, estado e país).

4.3 No caso de estudos realizados sem recursos financeiros institucionais e/ou privados, os autores devem declarar que a pesquisa não recebeu financiamento para a sua realização.

5. Conflito de interesses

5.1 Os autores devem informar qualquer potencial conflito de interesse, incluindo interesses políticos e/ou financeiros associados a patentes ou propriedade, provisão de materiais e/ou insumos e equipamentos utilizados no estudo pelos fabricantes.

6. Colaboradores

6.1 Devem ser especificadas quais foram as contribuições individuais de cada autor na elaboração do artigo.

6.2 Lembramos que os critérios de autoria devem basear-se nas deliberações do [International Committee of Medical Journal Editors](http://www.icmje.org), que determina o seguinte: o reconhecimento da autoria deve estar baseado em contribuição substancial relacionada aos seguintes aspectos: 1. Concepção e projeto ou análise e interpretação dos dados; 2. Redação do artigo ou revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; 3. Aprovação

final da versão a ser publicada. Essas três condições devem ser integralmente atendidas.

7. Agradecimentos

7.1 Possíveis menções em agradecimentos incluem instituições que de alguma forma possibilitaram a realização da pesquisa e/ou pessoas que colaboraram com o estudo mas que não preencheram os critérios para serem co-autores.

8. Referências

8.1 As referências devem ser numeradas de forma consecutiva de acordo com a ordem em que forem sendo citadas no texto. Devem ser identificadas por números arábicos sobrescritos (Ex.: Silva¹). As referências citadas somente em tabelas e figuras devem ser numeradas a partir do número da última referência citada no texto. As referências citadas deverão ser listadas ao final do artigo, em ordem numérica, seguindo as normas gerais dos Requisitos Uniformes para Manuscritos Apresentados a Periódicos Biomédicos (<http://www.nlm.nih.gov/citingmedicine/>).

8.2 Todas as referências devem ser apresentadas de modo correto e completo. A veracidade das informações contidas na lista de referências é de responsabilidade do(s) autor(es).

8.3 No caso de usar algum *software* de gerenciamento de referências bibliográficas (Ex. EndNote[®]), o(s) autor(es) deverá(ão) converter as referências para texto.

9. Nomenclatura

9.1 Devem ser observadas as regras de nomenclatura zoológica e botânica, assim como abreviaturas e convenções adotadas em disciplinas especializadas.

10. Ética em pesquisas envolvendo seres humanos

10.1 A publicação de artigos que trazem resultados de pesquisas envolvendo seres humanos está condicionada ao cumprimento dos princípios éticos contidos na [Declaração de Helsinki](#) (1964, reformulada em 1975, 1983, 1989, 1996 e 2000), da World Medical Association.

10.2 Além disso, deve ser observado o atendimento a legislações específicas (quando houver) do país no qual a pesquisa foi realizada.

10.3 Artigos que apresentem resultados de pesquisas envolvendo seres humanos deverão conter uma clara afirmação deste cumprimento (tal afirmação deverá constituir o último parágrafo da seção Metodologia do artigo).

10.4 Após a aceitação do trabalho para publicação, todos os autores deverão assinar um formulário, a ser fornecido pela Secretaria Editorial de CSP, indicando o cumprimento integral de princípios éticos e legislações específicas.

10.5 O Conselho Editorial de CSP se reserva o direito de solicitar informações adicionais sobre os procedimentos éticos executados na pesquisa.

11. Processo de submissão online

11.1 Os artigos devem ser submetidos eletronicamente por meio do sítio do Sistema de Avaliação e Gerenciamento de Artigos (SAGAS), disponível em <http://www.ensp.fiocruz.br/csp/>.

Outras formas de submissão não serão aceitas. As instruções completas para a submissão são apresentadas a seguir. No caso de dúvidas, entre em contato com o suporte sistema SAGAS pelo e-mail: csp-artigos@ensp.fiocruz.br.

11.2 Inicialmente o autor deve entrar no sistema [SAGAS](#). Em seguida, inserir o nome do usuário e senha para ir à área restrita de gerenciamento de artigos. Novos usuários do sistema SAGAS devem realizar o cadastro em "Cadastre-se" na página inicial. Em caso de esquecimento de sua senha, solicite o envio automático da mesma em "Esqueceu sua senha? Clique aqui".

11.3 Para novos usuários do sistema SAGAS. Após clicar em "Cadastre-se" você será direcionado para o cadastro no sistema SAGAS. Digite seu nome, endereço, e-mail, telefone, instituição.

12. Envio do artigo

12.1 A submissão *online* é feita na área restrita do Sistema de Avaliação e Gerenciamento de Artigos (SAGAS). O autor deve acessar a "Central de Autor" e selecionar o *link* "Submeta um novo artigo".

12.2 A primeira etapa do processo de submissão consiste na verificação às normas de publicação de CSP.

O artigo somente será avaliado pela Secretaria Editorial de CSP se cumprir todas as normas de publicação.

12.3 Na segunda etapa são inseridos os dados referentes ao artigo: título, título corrido, área de concentração, palavras-chave, informações sobre financiamento e conflito de interesses, resumo, *abstract* e agradecimentos, quando necessário. Se desejar, o autor pode sugerir potenciais consultores (nome, e-mail e instituição) que ele julgue capaz de avaliar o artigo.

12.4 O título completo (no idioma original e em inglês) deve ser conciso e informativo, com no máximo 150 caracteres com espaços.

12.5 O título corrido poderá ter máximo de 70 caracteres com espaços.

12.6 As palavras-chave (mínimo de 3 e máximo de 5 no idioma original do artigo) devem constar na base da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), disponível:

<http://decs.bvs.br/>.

12.7 *Resumo*. Com exceção das contribuições enviadas às seções Resenha ou Cartas, todos os artigos submetidos em português ou espanhol deverão ter resumo na língua principal e em inglês. Os artigos submetidos em inglês deverão vir acompanhados de resumo em português ou em espanhol, além do *abstract* em inglês. O resumo pode ter no máximo 1100 caracteres com espaço.

12.8 *Agradecimentos*. Possíveis agradecimentos às instituições e/ou pessoas poderão ter no máximo 500 caracteres com espaço.

12.9 Na terceira etapa são incluídos o(s) nome(s) do(s) autor(es) do artigo, respectiva(s) instituição(ões) por extenso, com endereço completo, telefone e e-mail, bem como a colaboração de cada um. O autor que cadastrar o artigo automaticamente será incluído como autor de artigo. A ordem dos nomes dos autores deve ser a mesma da publicação.

12.10 Na quarta etapa é feita a transferência do arquivo com o corpo do texto e as referências.

12.11 O arquivo com o texto do artigo deve estar nos formatos DOC (Microsoft Word), RTF (Rich Text Format) ou ODT (Open Document Text) e não deve ultrapassar 1 MB.

12.12 O texto deve ser apresentado em espaço 1,5cm, fonte Times New Roman, tamanho 12.

12.13 O arquivo com o texto deve conter somente o corpo do artigo e as referências bibliográficas. Os seguintes itens deverão ser inseridos em campos à parte durante o

processo de submissão: resumo e abstract; nome(s) do(s) autor(es), afiliação ou qualquer outra informação que identifique o(s) autor(es); agradecimentos e colaborações; ilustrações (fotografias, fluxogramas, mapas, gráficos e tabelas).

12.14 Na quinta etapa são transferidos os arquivos das ilustrações do artigo (fotografias, fluxogramas, mapas, gráficos e tabelas), quando necessário. Cada ilustração deve ser enviada em arquivo separado clicando em "Transferir".

12.15 *Ilustrações.* O número de ilustrações deve ser mantido ao mínimo, conforme especificado no item 1 (fotografias, fluxogramas, mapas, gráficos e tabelas).

12.16 Os autores deverão arcar com os custos referentes ao material ilustrativo que ultrapasse o limite e também com os custos adicionais para publicação de figuras em cores.

12.17 Os autores devem obter autorização, por escrito, dos detentores dos direitos de reprodução de ilustrações que já tenham sido publicadas anteriormente.

12.18 *Tabelas.* As tabelas podem ter 17cm de largura, considerando fonte de tamanho 9. Devem ser submetidas em arquivo de texto: DOC (Microsoft Word), RTF (Rich Text Format) ou ODT (Open Document Text). As tabelas devem ser numeradas (números arábicos) de acordo com a ordem em que aparecem no texto.

12.19 *Figuras.* Os seguintes tipos de figuras serão aceitos por CSP: Mapas, Gráficos, Imagens de satélite, Fotografias e Organogramas, e Fluxogramas.

12.20 Os mapas devem ser submetidos em formato vetorial e são aceitos nos seguintes tipos de arquivo: WMF (Windows MetaFile), EPS (Encapsuled PostScript) ou SVG (Scalable Vectorial Graphics). Nota: os mapas gerados originalmente em formato de imagem e depois exportados para o formato vetorial não serão aceitos.

12.21 Os gráficos devem ser submetidos em formato vetorial e serão aceitos nos seguintes tipos de arquivo: XLS (Microsoft Excel), ODS (Open Document Spreadsheet), WMF (Windows MetaFile), EPS (Encapsuled PostScript) ou SVG (Scalable Vectorial Graphics).

12.22 As imagens de satélite e fotografias devem ser submetidas nos seguintes tipos de arquivo: TIFF (Tagged Image File Format) ou BMP (Bitmap). A resolução mínima deve ser de 300dpi (pontos por polegada), com tamanho mínimo de 17,5cm de largura.

12.23 Os organogramas e fluxogramas devem ser submetidos em arquivo de texto ou em formato vetorial e são aceitos nos seguintes tipos de arquivo: DOC (Microsoft Word), RTF (Rich Text Format), ODT (Open Document Text), WMF (Windows MetaFile), EPS (Encapsuled PostScript) ou SVG (Scalable Vectorial Graphics).

12.24 As figuras devem ser numeradas (números arábicos) de acordo com a ordem em que aparecem no texto.

12.25 Títulos e legendas de figuras devem ser apresentados em arquivo de texto separado dos arquivos das figuras.

12.26 *Formato vetorial.* O desenho vetorial é originado a partir de descrições geométricas de formas e normalmente é composto por curvas, elipses, polígonos, texto, entre outros elementos, isto é, utilizam vetores matemáticos para sua descrição.

12.27 *Finalização da submissão.* Ao concluir o processo de transferência de todos os arquivos, clique em "Finalizar Submissão".

12.28 *Confirmação da submissão.* Após a finalização da submissão o autor receberá uma mensagem por e-mail confirmando o recebimento do artigo pelos CSP. Caso não receba o e-mail de confirmação dentro de 24 horas, entre em contato com a secretaria editorial

de CSP por meio do e-mail: csp-artigos@ensp.fiocruz.br.

13. Acompanhamento do processo de avaliação do artigo

13.1 O autor poderá acompanhar o fluxo editorial do artigo pelo sistema SAGAS. As decisões sobre o artigo serão comunicadas por e-mail e disponibilizadas no sistema SAGAS.

13.2 O contato com a Secretaria Editorial de CSP deverá ser feito através do sistema SAGAS.

14. Envio de novas versões do artigo

14.1 Novas versões do artigo devem ser encaminhadas usando-se a área restrita do sistema SAGAS, acessando o artigo e utilizando o *link* "Submeter nova versão".

15. Prova de prelo

15.1 Após a aprovação do artigo, a prova de prelo será enviada para o autor de correspondência por e-mail. Para visualizar a prova do artigo será necessário o programa Adobe Reader[®]. Esse programa pode ser instalado gratuitamente pelo site:

<http://www.adobe.com/products/acrobat/readstep2.html>.

15.2 A prova de prelo revisada e as declarações devidamente assinadas deverão ser encaminhadas para a secretaria editorial de CSP por e-mail (cadernos@ensp.fiocruz.br) ou por fax +55(21)2598-2514 dentro do prazo de 72 horas após seu recebimento pelo autor de correspondência.